



ACTA N.º 8/2005

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro, de dois mil e cinco, no auditório do Centro Associativo Municipal de Leiria, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os senhores Deputados: Fernando Rodrigues Antunes Presidente da Junta de Freguesia dos Pousos, que se fez substituir pela Secretária da Junta, senhora Susana Armanda Lopes, Laura Esperança Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, que se fez substituir pelo Tesoureiro da Junta, senhor Pompeu Cainço, Paulo Pedro Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia da Memória e António José de Almeida Sequeira, que se fez substituir nos termos do n.º 1 do artigo 30º do Regimento, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista de candidatura, senhor António Fernandes.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Dr.ª Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Dr. José Esperança Lourenço em substituição da senhora Eng.ª Isabel Gonçalves, Eng.º Fernando Carvalho, Dr.ª Neusa Magalhães, senhor Américo Coelho, Dr.ª Lucinda Caleira e Eng.º Carlos Martins. O senhor Vereador Dr. Raul Castro não compareceu à sessão.

A sessão foi presidida por Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores Deputados Paulo Reis e Cristina Branco, 1º e 2º Secretários da Mesa, respectivamente.

Havendo "quorum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 20.45 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**



1. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
2. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2006 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA 2006 – Apreciação, discussão e votação;
3. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2006 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA PARA 2006 - Apreciação, discussão e votação;
4. ACTUALIZAÇÃO DA TAXA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS PARA O ANO DE 2005 A COBRAR EM 2006 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;
5. ALTERAÇÃO AO OBJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA (alínea s), do n.º2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09) – Apreciação, discussão e votação;
6. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA (alínea s), do n.º do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09) –Apreciação, discussão e votação;
7. RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA - FUNDO MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E FUNDO MUNICIPAL DE APOIO TÉCNICO – Apreciação, discussão e votação;
8. RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESCOLAS DO 1º CICLO DE ENSINO BÁSICO E PRÉ-ESCOLAR - Apreciação, discussão e votação;
9. NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA – Apreciação e votação;



ANTES DA “ORDEM DO DIA”

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Boa noite a todos!

Antes de mais, quero dar-vos as boas vindas e agradecer a vossa presença para esta Assembleia ordinária, a primeira que fazemos depois da eleição, já que a anterior foi extraordinária.

Espero que todos tenham tido um feliz Natal, e antes que me esqueça, desejar já a todos um feliz Ano Novo, uma boa passagem de ano, e depois, um feliz 2006.



Cumprimentar os outros dois elementos da Mesa, o 1º Secretário, Deputado Paulo Reis, e o 2º Secretário, Deputada Cristina Branco, e dizer-vos também, que, temos uma ordem de trabalhos muito carregada e por isso, vamos ter que ser, enfim, um pouco ordeiros e poupados no tempo. Apelo à capacidade de síntese e à contenção de todos, para que possamos discutir os assuntos importantes e deixar aquilo que é menos importante.

Mas antes de entrarmos propriamente na Ordem do Dia, devo dar-vos uma explicação. Tinha sido pedido por alguns e tinha sido prometido, que procuraríamos uma sala que pudesse ser mais conveniente, em termos de mais conforto, para a realização das Assembleias. Temos duas em vista. Esta é a primeira, a escolha foi um acto discricionário do Presidente da Assembleia, não pedi o acordo nem a autorização a ninguém. Provavelmente a próxima Assembleia será num outro local, também não vou dizer qual, para depois, no fim, quando todos tiverem conhecimento dos três locais, salão nobre, deste e do próximo, a maioria escolher, por entender que é a mais viável, mais confortável e a mais apropriada para a realização das sessões desta Assembleia. Espero que concordem com esta minha decisão.

ANTES DA "ORDEM DO DIA"

Vamos iniciar o período de "antes da ordem do dia", com a leitura das actas.

Temos aqui também um pequeno problema. é que, há duas actas de sessões anteriores da Assembleia cessante, que não foram aprovadas em tempo. Uma não poderia ser, porque foi a última daquele mandato, mas a anterior, essa não foi aprovada. Cada um dos senhores Deputados e Presidentes de Junta recebeu as actas, os que estiveram presentes poderão naturalmente comentá-las, os outros tal como eu, não o poderemos fazer. Mas, como tem sido regra, segundo o que me estão a dizer, as actas são resultado da transcrição das gravações que são efectuadas durante o decorrer das sessões. Suponho que, não haverá alterações importantes a fazer.

De qualquer modo e dispensando a leitura das actas, uma vez que elas foram previamente enviadas a todos, queria perguntar primeiro, se há alguém que tenha algum ponto a acrescentar ou a modificar, relativamente ao teor das duas actas das Assembleias anteriores.



Vou então colocar à apreciação e discussão a acta da sessão ordinária de 30 de Junho de 2005.

Alguém tem algum comentário a fazer ou alguma objecção?

Faça favor senhor Deputado Vitorino Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Boa noite!

Foi com surpresa que recebemos uma acta da Assembleia Municipal, que se teria reunido em 30 de Junho, para aprovação da mesma.

Pedirem-nos para votarmos uma acta em que não estivemos presentes, é de facto algo que não estávamos à espera. A ideia base da votação, é precisamente o de verificar, se o que está escrito na acta, corresponde ao que se passou na Assembleia. Como é possível votarmos nela, se não estivemos presentes na reunião que a originou. O que pensariam os nossos eleitores, se soubessem dessa nossa leviandade? Que garantia lhes daríamos da nossa seriedade? E mesmo aqueles de nós, que estiveram presentes nessa Assembleia, não o podem fazer, já que, esta Assembleia é totalmente distinta da anterior.

A solução para o problema, até nem era difícil. Seria marcar uma Assembleia extraordinária, depois da última ordinária, para este efeito, e nessa mesma Assembleia, seria feita a acta dela, curta, já que se referiria somente que reuniu para votação da acta referente à data em que a mesma se realizara.

Entendemos pois, que esta Assembleia, não pode votar tal acta. Pelo que, no caso de assim não o entenderem, desde já comunico à mesma, que a dispenso de votar, por imperativo de consciência.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Alguém mais tem algum comentário a fazer?

Devo dizer que, este problema, suscitou-me exactamente as mesmas dúvidas que senhor Deputado teve. Simplesmente, é um imperativo da lei. As actas têm que ser aprovadas. E parti do princípio, que pelo menos, a última, tem sempre esse problema. Não sei como foi resolvido em ocasiões anteriores, mas ainda assim, nós podemos aprovar a acta, enfim, com a indicação das dúvidas que podemos ter.

Se assim não for, tomamos nota da sua objecção, mas teremos que a pôr à votação e logo veremos o resultado.



Quem vota contra a aprovação da acta da sessão ordinária de 30 de Junho de 2005?

Quem se abstém? 16 abstenções.

Quem vota a favor? 23 votos a favor.

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria, com vinte e três votos a favor, dezasseis abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 30 de Junho de 2005.

(O senhor Presidente da Assembleia, fez a seguinte declaração de voto)

“ Justifico o meu voto, na medida em que a acta é gravada e temos que ter confiança na transcrição que foi feita e não vejo outra saída que simplifique este processo.”

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Passamos à acta seguinte, que é a da sessão do dia 29 de Setembro de 2005.

Suponho que o problema é o mesmo, mas já tem sido assim anteriormente, portanto julgo que não temos qualquer problema.

Quem vota contra a aprovação da acta da sessão ordinária de 29 de Setembro de 2005?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria, com vinte e cinco votos a favor e vinte abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 29 de Setembro de 2005.

Agora temos para apreciar, discutir e aprovar, uma acta adicional à acta de instalação da Assembleia Municipal de Leiria, de 27 de Outubro de 2005, na qual estão transcritos os procedimentos que tiveram lugar, imediatamente a seguir, à instalação deste órgão. Esta acta inclui nomeadamente o uso da palavra por vários elementos, representantes dos partidos com assento nesta Assembleia, e as votações para a eleição da Mesa.

Alguém deseja fazer algum comentário a esta acta?

Não havendo, vou pô-la à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor? Unanimidade.

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade aprovar a acta da sessão ordinária de 27 de Outubro de 2005.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Seguidamente temos a acta da sessão extraordinária de 28 de Novembro de 2005.

Aqui, devo informar que, o senhor Deputado Pedro Biscaia, entregou previamente à Mesa, uma proposta de rectificação da acta, a qual não vou ler, se me permite, dado que ela praticamente contempla pequenas alterações ortográficas e gramaticais e portanto, não alteram o sentido da acta, excepto, no que diz respeito ao Deputado Pedro Biscaia.

Alguém mais tem algum comentário ou alteração à acta a propor?

Assim sendo, e com as respectivas rectificações solicitadas pelo Deputado Pedro Biscaia, vou colocá-la à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Uma abstenção.

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria, com uma abstenção, aprovar a acta da sessão extraordinária de 28 de Novembro de 2005.

Passamos ao segundo ponto do período de “antes da ordem do dia”, leitura do expediente e dos pedidos de informação.

Os senhores Deputados receberam um resumo da correspondência recebida pelo Presidente da Assembleia, em que a maior parte dos assuntos constantes, são apenas para tomar conhecimento, convites, etc., não há portanto nenhum assunto específico que deva dar conhecimento aos senhores Deputados.

Gostaria também de informar, provavelmente deveria tê-lo feito logo no início da sessão, que a Mesa recebeu três pedidos de dispensa da presença na Assembleia, devidamente justificados, do senhor Deputado António Sequeira, da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, Laura Esperança, que se faz representar nesta Assembleia pelo senhor Pompeu Cainço, Tesoureiro da Junta de Freguesia, e do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Memória, senhor José Rodrigues, que não indicou nenhum substituto.

Julgo que valerá a pena também dar conhecimento, e dado que estamos ainda a falar do expediente, de uma carta que foi enviada pela AMLEI – Área Metropolitana de Leiria, chamando à atenção para o acto eleitoral da Assembleia da Área Metropolitana de Leiria, que foi marcado para o dia 13 de Janeiro de 2006.



Tenho a informar os senhores Deputados, que terei que convocar uma Assembleia Municipal extraordinária, para que esta Assembleia possa eleger os seus representantes na Assembleia da Área Metropolitana de Leiria.

Ainda neste período, cabem os pedidos de informação ou esclarecimentos, que os senhores Deputados ou Presidentes de Junta tenham a fazer à representante da Câmara Municipal e depois temos também a apreciação de assuntos de interesse para o concelho de Leiria, cuja apreciação e discussão poderá ser feita em conjunto.

Estão portanto abertas as inscrições para estes pontos!

Pela ordem de inscrição, vou dar a palavra ao senhor Deputado Carlos Poço.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PPD/PSD)

Carlos Poço, do PSD.

Muito boa noite a todos. Espero que tenham passado um feliz Natal e desejo desde já, um bom ano de 2006, a todos os senhores Deputados.

Desejava fazer apenas, uma breve referência, a uma questão que foi levantada na última Assembleia Municipal, pelo Partido Socialista, tendo ocupado algum tempo nesta Assembleia, dizendo que eu me referi ao Partido Socialista como tendo apresentado uma proposta irresponsável. Na altura, como tínhamos ficado aqui a dizer que sim ou que não, achei que não valeria a pena estar a responder a essa questão. Hoje, podemos todos constatar na acta, as palavras exactas que usei, porque foram gravadas. E, as palavras exactas que usei, foram as seguintes: " O Partido Socialista em Leiria, deveria ter também, em nossa opinião, uma postura mais responsável..." ou seja, eu até dei o benefício da dúvida, de ser uma proposta responsável. Só estava a pedir que fosse mais responsável.

Talvez por estar no subconsciente do Partido Socialista essa preocupação, de ser uma proposta irresponsável, ficou muito preocupado, porque o Deputado Carlos Poço, teria vindo aqui dizer que "apresentámos uma proposta irresponsável". Não foi isso que eu disse nesse dia. Eu apenas considerei que deveria ser mais responsável, ou seja, considerava-a minimamente responsável, mas desejava que o Partido Socialista tivesse uma postura de facto, responsável.

Para quem se preocupou, senhor Deputado Carlos André, com a questão do conto e da prosa, e com esse rigor do número de caracteres, penso também, que era de bom tom, ter sido rigoroso naquilo que ouviu. Só queria de facto, deixar esta nota.



Queria agora, abordar um outro problema para o nosso concelho, mais concretamente, um problema novo que iremos ter, na freguesia da Maceira.

Tomámos conhecimento, que o Ministério do Ambiente, através da Direcção do Ordenamento do Território, não renovou a contribuição para que se mantenha em funcionamento, o Gabinete de Requalificação da Maceira. Em nosso entender, isto é andar para trás. Entendemos que a Maceira tem muitos problemas, os quais devem continuar a ser acompanhados por esse gabinete, que tem feito um trabalho bastante positivo e bastante importante que não está concluído, e portanto, é uma grande perda para a Maceira, uma vez que, tem como todos sabemos e como todos estamos seguramente preocupados, todos os partidos, graves problemas ambientais. Nesse sentido, está o Partido Socialista a dar mais um passo atrás, no que se refere ao ambiente e à requalificação ambiental.

Tenho aqui uma acta, não querendo ser exaustivo, mas recorro a alguém do Partido Socialista, que não vale a pena estar a identificar, mas se for preciso faço-o, diz a certa altura que “A população da Maceira, sabe que foi o Partido Socialista que investiu ali, através do Gabinete de Requalificação da Maceira. Os maceirenses sabem que podem contar com o Partido Socialista e o Partido Socialista, criou um orçamento e um gabinete e portanto, podem continuar a contar connosco. Se houve alguém que propôs, que adiantou dinheiro e criou gabinetes, foi de facto o Partido Socialista...”. Isto foi tudo dito, por Deputados Municipais do Partido Socialista.

É pena, que isto aconteça e o Partido Social Democrata fica muito preocupado. Neste sentido, tenha aqui uma moção, para pôr a discussão e votação, com o seguinte teor:

MOÇÃO

“ Tendo tomado conhecimento, que por despacho de 27 de Agosto de 2005, de Sua Excelência o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Cidades, João Ferrão, se determina o indeferimento do pedido efectuado pela Câmara Municipal de Leiria, em 24 de Maio de 2005, de prorrogação de apoio financeiro por mais um ano, ao actual GTR – Gabinete Técnico de Requalificação da Maceira, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 29 de Dezembro de 2005, delibera:

- a) Manifestar a sua mais firme discordância quanto à decisão tomada;*
- b) Expressar a sua mais profunda estranheza, pela ausência de fundamentação para essa mesma decisão;*



c) Exortar aquele responsável governativo, a revogar a sua decisão de indeferimento, renovando o apoio financeiro ao seu funcionamento e actividade, do referido Gabinete Técnico de Requalificação;

Esta deliberação municipal tem em conta que:

1. O indeferimento da comparticipação de 75% da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, com os encargos com o pessoal do GTR, inviabiliza completamente, o seu funcionamento.

2. Que tal situação, impede a continuação até final dos trabalhos e projectos em curso, interrompendo o esforço concertado, persistente e eficaz no desenvolvimento harmonioso da freguesia da Maceira, desperdiçando o desempenho de recursos humanos qualificados, que ali têm dado o seu trabalho e dedicação, e recursos financeiros já investidos, que necessitam ser complementados, para a conclusão dos projectos em concretização.

3. Que tal decisão, revela uma insensibilidade completa aos problemas e necessidades do povo da Maceira e das gentes do concelho de Leiria, que sempre tiveram desde a sua criação, o GTR como um parceiro válido para a promoção da sustentabilidade e qualidade do seu desenvolvimento.

4. Que este despacho governativo, traduz a adopção de um espírito centralista e de abandono das populações locais, que não valoriza a s suas potencialidades e que mostra a forma descartável de actuação, perante problemas e projectos concretos, tanto maios que, o GTR da Maceira, foi criado em 27 de Março de 1999, por despacho conjunto dos Ministérios do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, da Economia, do Trabalho e da Solidariedade, e do Ambiente, visando a requalificação física, ambiental, social e urbanística da área da Maceira.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Tem a palavra agora, o senhor Deputado Carlos André.



DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Muito obrigado senhor Presidente.

Antes de propriamente usar da palavra com o objectivo que me trouxe aqui, gostaria de esclarecer uma coisa. O Partido Socialista e eu próprio, estamos nesta Assembleia para discutir questões que têm a ver com o concelho de Leiria e com o melhor de qualidade para os munícipes leirienses, independentemente dos pontos de vista que nos separem dos outros. E por isso, não contem connosco, para entrar na dança das alfinetadas políticas. E agora perdoem-me que fale em nome pessoal e não em nome do Partido Socialista.

Senhor Deputado Carlos Poço, não me verá a fazer, porque não quero copiar para o meu comportamento nesta Assembleia, aquilo que demais negativo tem o parlamento português, que é fazer disto um palco de tricas políticas. Razão pela qual, os cidadãos se divorciam dessa actividade parlamentar, no palco da democracia, que é o Parlamento. E portanto, não responderei às suas observações iniciais.

PROPOSTA

A leitura das actas da Assembleia Municipal deixa perceber que nelas se reflecte o hábito bem português de fazer a seriação das pessoas em função dos seus títulos. Somos, de facto, o país do mundo ocidental onde essa característica é mais visível.

Daí resulta, nessas mesmas actas, uma distinção entre os vários membros desta Assembleia, assim organizados segundo os seus graus ou títulos académicos, com recurso a designações, de resto, nem sempre precisas nem exactas.

Ora, acontece que todos nós fomos eleitos para o exercício deste cargo em resultado de uma característica essencial, que a todos é comum: o sermos cidadãos. E, além disso, o estabelecimento de distinções desta natureza permite, inconscientemente, criar clivagens inúteis e desnecessárias entre titulares do mesmo órgão.

Assim sendo, os eleitos do Partido Socialista propõem que, a partir de agora, os membros da Assembleia Municipal passem a ser referidos nas respectivas actas e demais documentação apenas pelo respectivo nome ou, se for caso disso, pela função autárquica que exercem.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.



Só para esclarecer. Como notou, eu já desde pelo menos o meio da Assembleia passada e em toda esta Assembleia, tenho procurado evitar as designações de nomes.

Por duas razões. Primeiro, porque não os conheço a todos, é uma defesa pessoal. Mas também estou perfeitamente de acordo, e se ninguém tiver objecção a isso, dar-se-á indicação para que as actas indiquem apenas o nome.

Como foi sob proposta, ter-se-á que submeter à votação.

Tem agora a palavra o senhor Deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

Augusto Esteves. PCP.

Senhor Presidente, senhora Presidente da Câmara, senhores membros da Assembleia Municipal.

Há uns tempos atrás, li num semanário desta cidade, que a Câmara decidiu autorizar a transformação do edifício da Moagem, em habitação e comércio. E eu espantei-me, porque lembro-me de uma decisão que aqui foi tomada, nesta Assembleia, há já alguns anos. A ideia que eu tinha, e aquilo que me parecia que tínhamos aprovado, era um plano de pormenor da zona do Carpalho, que excluía qualquer transformação da Moagem. Aliás, foi um plano que votei favoravelmente, porque tinha um índice de ocupação, de facto baixo, cerca de 0,60/0,65, e a proposta no concreto, de implantação, ocupava todo o índice.

Agora, vejo que há uma decisão do Município, que não tem em conta um plano aprovado aqui, pela Assembleia Municipal. Eu francamente, não compreendo. Trata-se certamente de qualquer equívoco, porque aquela proposta é ilegal. Não se pode decidir a transformação da Moagem, quando se ocupou todo o índice, com a proposta de implantação do plano de pormenor do Carpalho.

Hoje, nesta Assembleia, a Câmara tem que explicar claramente, esta decisão, porque se não o fizer, tenho que fazer aqui uma proposta, de acordo com aquilo que penso que deve ser o respeito pela decisão desta Assembleia e julgo que da lei. Porque se há um plano de pormenor do Carpalho, é para respeitar, não é para alterar, sem vir aqui. Isto tem que ficar muito claro, porque não vale a pena estarmos a fazer planos, não vale a pena estar a decidir sobre matérias, que estamos convencidos que vão ajudar a ordenar o território, que vão responder aos problemas das pessoas, mas depois alteram-se sem explicação.



Li também, neste caso foi no Boletim Municipal, que a Câmara se prepara para começar a executar o plano de pormenor do Rossio.

Não pensem que é alguma chicese ou que venho aqui criar dificuldades, é simplesmente porque a Assembleia não se pronunciou sobre o plano global. Há uma coisa que tem que assentar: É que esta Assembleia, não pode alienar as suas competências. Eu não posso aceitar, que havendo um decreto que define um plano de pormenor e dá essa competência à Assembleia Municipal para o definir e para o decidir, que alguém se julgue no direito de decidir noutra instância, sem que este órgão seja consultado. Tenham paciência, isto não são métodos. Até podiam dizer que não podiam estar à espera dos planos, como aqui foi referido pela senhora Presidente, porque senão perdem os fundos. Então venha o projecto no concreto e peça-se a esta Assembleia, face às dificuldades em aprovar um plano a tempo e horas, que deixe passar esse plano, que discuta e que o aprove, ou que se enquadra num mais vasto em que se dão as linhas gerais. A menos que, tenhamos desta Assembleia, a noção de que isto é uma caixa de ressonância da maioria e a minoria mete a viola no saco e acabou.

Vossas Excelências podem todos aprovar o que quiserem, mas aprovam com o meu voto contra e aprovam com a minha denúncia. E digo-vos mais.

Acho que não é muito correcta, é uma falta de respeito para com esta Assembleia sistematicamente, aquela ideia peregrina que veio aqui ultimamente, de que a Câmara, tem o direito de fazer todas as obras. Tem de acordo com a lei e com as regras que estão estabelecidas na lei. E neste caso concreto, naquilo que se comprometeu, assinou um protocolo, com determinado tipo de regras, com determinado tipo de prazos. Nós podemos compreender que haja dificuldades, mas coloquem-nas.

Não vamos aqui criar dificuldades a Leiria ou impedir que os fundos venham, agora francamente, passar por cima da Assembleia é que não se aceita. É só!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.



Peço a todos alguma contenção em termos de tempo.

Agora dava a palavra à senhora Deputada Maria Manuela Santos.

DEPUTADA MANUELA SANTOS (PS)

Manuela Santos, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, minhas senhoras e meus senhores!

A maioria PSD, que governava a Câmara Municipal de Leiria no anterior mandato, aprovou com os votos contra de toda a oposição, incluindo o CDS/PP, um contrato para a utilização do Estádio Municipal de Leiria, contrato esse celebrado entre a Leirisport e a União Desportiva de Leiria, em 19 de Novembro de 2003.

Desde logo, o Partido Socialista, considerou este contrato prejudicial para os interesses do Município, lesivo do princípio da equidade, que devia presidir à relação da Leirisport/Câmara Municipal de Leiria, com todos os clubes e associações desportivas do concelho. Mais declarou ao tempo, que esse contrato iria hipotecar os interesses concelhios. Generalizada a ideia de falta de independência, entre a Leirisport, Câmara Municipal de Leiria e União de Leiria, e a necessidade de renegociar o acordo, o Partido Socialista propôs, em reunião camarária, que se solicitasse um parecer a uma entidade externa, que permitisse clarificar os poderes que a Câmara detinha, para negociar o acordo celebrado entre a Leirisport e a União de Leiria, o que foi feito, tendo sido entendido que a Câmara não tinha legitimidade para o efeito, competindo-lhe apenas o poder de superintendência.

Considerando, que o Tribunal de Contas, da observação das cláusulas contratuais do contrato em questão, e por exemplo, só no que diz respeito às contrapartidas financeiras, concluiu que o mesmo consagra uma partilha de riscos, desequilibrada, em desfavor da empresa municipal, opinião também partilhada pela Procuradoria Geral da República;

Considerando que o termo do prazo do contrato será apenas em 2014;

Considerando que este contrato, tem posto em causa alguns dos princípios, a que as empresas municipais estão sujeitas, nomeadamente, o dever de assegurar a sua viabilidade económica e equilíbrio financeiro;



Considerando que esta Assembleia, tem o poder fiscalizador sobre as empresas municipais, nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, pergunto:

Para quando, a revisão do contrato supra referenciado, de forma a que se harmonize com as indicações sugeridas pelas entidades consultadas, que tanto quanto julgo, são partilhadas por todos nós e para as quais, o Partido Socialista sempre alertou. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Deputada.

Tem agora a palavra o senhor Deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Senhor Presidente, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros Deputados Municipais.

No passado dia 15 de Dezembro de 2005 foi apresentado, publicamente, o estudo de avaliação dos impactos da eventual instalação de Grandes Superfícies Comerciais, em Leiria, que a Câmara Municipal encomendou, ainda em 2004, ao Grupo de Estudos Cidade e Comércio, da Faculdade de Letras de Lisboa.

Recorde-se, a propósito, que as grandes linhas de elaboração deste estudo, liderado pelo Prof. Doutor Herculano Cachinho, foram:

- 1 – Elaborar uma caracterização do tecido comercial da cidade em termos de composição sectorial, standing e modernização dos pontos de venda(...) para avaliar as potencialidades e constrangimentos da oferta no contexto local e regional.
- 2 – Estudar o papel dos centros comerciais na organização e vida comercial da cidade, bem como as práticas do abastecimento e das compras da população.
- 3 – avaliar os impactos dos empreendimentos comerciais de dimensão relevante, nomeadamente daqueles que já solicitaram o licenciamento, sobre o aparelho comercial preexistente, em termos de formato, ramos de actividade e áreas comerciais, com especial destaque para o centro da cidade, por forma a que o licenciamento de novas unidades não coloque em causa o equilíbrio do sistema, mas, também, não trave a sua modernização(...).
- 4 – Avaliar a viabilidade de algumas localizações na cidade e ba sua periferia imediata para a implementação de equipamentos comerciais de dimensão relevante(...)



5 – Analisar as implicações da instalação desses empreendimentos ao nível das acessibilidades e da circulação na cidade, em função de diferentes localizações.

Embora não seja agora o momento para esta Assembleia debater as metodologias e conclusões do estudo, importa relevar sua qualidade técnica e a abrangência da análise, que disponibiliza à Câmara e aos cidadãos um importante instrumento de conhecimento da realidade e de planeamento estratégico de suporte à necessária decisão política. No entanto, apesar de cumprir os objectivos a que se propunha, o estudo não é uma verdade absoluta, como muito bem advertiu o Prof. Cachinho.

O que se trata, agora, é encontrar uma solução equilibrada entre a oferta de bens de consumo e o desenvolvimento económico que beneficiem os cidadãos, sem pôr em risco a harmonia humanizada da cidade, cujas consequências se projectarão, inevitavelmente, no futuro de Leiria, que ousamos ambicionar. Essa é a nova e grande responsabilidade da Câmara Municipal que, aproveitando esta circunstância como oportunidade, pode liderar um importante projecto de intervenção urbanística sem se sujeitar à redutora agenda dos empreendedores, assumindo o desígnio de construir melhor cidade, mais atractiva, mais segura e mais coesa, para além do horizonte conhecido. É preciso, portanto, muita ponderação, muita capacidade para ouvir os vários agentes sociais, perceber as dinâmicas preexistentes e as tendências emergentes e, também, ter a humildade democrática inerente à titularidade ocasional do poder de decidir o nosso futuro colectivo.

O comércio não é, apenas, um mero negócio, mas um elemento decisivo na estruturação do espaço, na definição das relações sociais, na segurança pública ou até no lazer. Como tal, fazer tábua rasa da realidade existente do nosso tecido comercial de rua e encarar como caminho único ao desenvolvimento a solução das grandes superfícies é uma tentação a evitar. Como assinalou em comunicado, a propósito, a Direcção da ACILIS, “a pressão dos investidores deste tipo de espaços tem sido grande e a Lei 12/04, que deu ao Poder Local a decisão de autorizar, fez com que este processo acelerasse ainda mais. É preocupante o número de pedidos de instalação a nível nacional e, na zona de abrangência da ACILIS (Leiria, Batalha e Porto de Mós), os pedidos significam mais do que a duplicação das superfícies já instaladas”. Esta apetência conjuntural dos investidores deve encontrar, por parte da Câmara, uma atitude reguladora e pró-activa, assente em regras claras e em objectivos bem definidos do que pretende para a cidade.

Assim sendo, é fundamental que a Autarquia aposte, complementarmente, nas zonas



comerciais tradicionais com apoios e incentivos à remodelação e exigência na qualidade e diversidade da oferta, nomeadamente no Centro Histórico, entendido como uma mais-valia económica, local de promoção da identidade, da urbanidade e de potencialidades turísticas, como aponta a Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas aprovada em 1986. Leiria e os leirienses terão muito a ganhar se o seu comércio já instalado tiver meios e capacidade de poder concorrer, pela diferença, com a eventual abertura de uma grande superfície comercial.

Para isso, é preciso desenvolver uma cultura de pensamento estratégico, que possa coser os fragmentos urbanos nas suas várias valências e lhes dê, globalmente, sustentabilidade em termos económicos, demográficos, do respeito pela natureza e pela história, do espaço convivencial, da mobilidade... enfim, naquilo a que se convencionou chamar a "ecologia social".

Este é o grande desafio que se coloca à Câmara aquando da decisão que se aproxima e a esta Assembleia como órgão político de fiscalização e de debate das grandes questões relativas à melhoria da qualidade de vida do nosso Concelho.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Tem agora a palavra o senhor Deputado João Fonseca.

DEPUTADO JOÃO FONSECA (PS)

João Fonseca, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Mesa, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, restantes Deputados.

As actas da Assembleia Municipal, são o único registo físico, neste caso escrito, aos quais nós Deputados ou cidadãos podem recorrer, para indicação ou sinalização das tomadas de posição, acerca dos vários assuntos debatidos em Assembleia.

Depois de uma leitura atenta, coisa que por vezes se torna difícil, às actas da Assembleia Municipal, nota-se, que muitas das frases transcritas não condizem com o que foi dito. Saliento ainda, o facto de existir um sistema áudio que grava as reuniões e que serve de suporte à funcionária da Assembleia que faz a transcrição do actual sistema para papel. Assim, por motivos que nos são alheios e apesar do esforço da funcionária para uma correcta passagem, o qual merece da nossa parte



referências meramente positivas, as transcrições não são devidamente realizadas. Pelo que, o único registo das reuniões que é aprovado por nós, em cada Assembleia, pode ter algumas incorrecções ou erros de sintaxe.

Vossas Excelências podem dizer sempre, que existe um ponto de ordem onde o Presidente da Mesa coloca à aprovação da Assembleia a acta da reunião anterior e quem tem alguma coisa a corrigir, o possa fazer nesse momento. Relembro, que normalmente os documentos são extensos e todos os documentos de apoio que nos são entregues o são feito muito tarde, não havendo tempo para que os Deputados ou a maioria deles, os possam ler de uma forma consistente, ainda que para mais, as actas da Assembleia, tendo em conta o sistema actual, não deviam merecer da nossa parte uma atenção redobrada, pois neste caso, ficaríamos sem tempo para a análise de documentos, talvez um pouco mais importantes.

Após ter analisado, ainda que de uma forma não muito técnica, os valores que a Câmara Municipal apresenta no presente orçamento para 2006, no departamento de Comunicação, constato que os valores desse departamento foram largamente ampliados.

E assim por de comunicação se falar ou por falta dela, **proponho** :

Que para 2006, por parte da Câmara Municipal seja adquirida uma ferramenta já existente noutros organismos do Estado, que faça a conversão automática de voz para texto. Desta forma, esta ferramenta irá permitir que de uma forma simples, a Câmara tire várias contrapartidas, no meu entender e no entender do Partido Socialista, serem positivas:

- *O registo em acta, completo automático e verdadeiro das Assembleias Municipais;*
- *Os registos em acta, completos automáticos e verdadeiros das reuniões de Câmara, que pelo que sei, não existe nenhum que seja fiável e que contemple todo o conteúdo da reunião.*

Que as actas de quaisquer reuniões da Câmara Municipal ou Assembleia Municipal, possam ser usados como prova;

Que as actas possam ser usadas pelos jornais e afins, para divulgar o que de facto foi dito e por quem foi dito, sem possibilidade de segundas interpretações, e por último, a redução do tempo, que achamos exagerado, para as transcrições do conteúdo das reuniões, aproveitando para outras actividades de apoio à Assembleia.

Como possivelmente não irei ter outra oportunidade de intervir nesta Assembleia, aproveito para desejar a todos os presentes, um óptimo 2006. Obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Já agora, em jeito de comentário, até que outro sistema possa ser implementado, eu tenho dúvidas em relação à opção técnica que falou, porque esses softwares, precisam da educação da voz e portanto são dificilmente aplicáveis a muitos tipos de voz, poderemos pensar nisso. Até lá, aquilo que se pede a cada um dos senhores Deputados, é que verifique na acta, pelo menos, as suas próprias declarações. O senhor Deputado Pedro Biscaia entregou cinco ou seis pontos de correcção menores e por isso, entendemos que não era necessário divulgá-lo. Se cada um fizer assim, poderemos trabalhar todos em conjunto para uma acta melhor, naturalmente recomendaremos que a transcrição das actas seja sempre feita o mais fiel possível, exactamente porque o elemento humano, também tem dificuldade na percepção de voz, com os vários timbres diferentes. À medida que formos estando aqui, nos próximos quatro anos, naturalmente que se vão conhecendo as nossas vozes e será mais fácil fazê-lo. Peço desculpa pelas incorrecções.

Tem a palavra agora, o senhor Deputado Vitorino Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Pereira, Deputado do Bloco de Esquerda.

Foi promessa eleitoral do Bloco de Esquerda de Leiria, que no caso de haver eleitos do Bloco para qualquer das instâncias do Poder Local, eles se bateriam em defesa da transparência, da participação cidadã e do ambiente. Aliás, estas foram bandeiras nacionais do Bloco nas passadas eleições autárquicas, pois os problemas que constatamos em Leiria, são infelizmente, uma constante na maior parte dos Municípios portugueses.

Sabemos que cerca de 40% das residências no País, estão em mau estado de conservação, para além dos milhares de prédios desabitados e em ruínas. Em Leiria, basta observar o que se passa no Centro Histórico, para se concluir que estamos na média. No entanto, gasta-se dez vezes mais em novas construções, do que na reabilitação e manutenção de edifícios. Temo que em Leiria, a diferença ainda seja maior.

Este fenómeno não acontece por acaso, corresponde a interesses concretos da especulação fundiária e imobiliária e prejudica gravemente a qualidade de vida dos Municípios, que alinham nestas políticas de betonização. E esse problema, tem um conjunto de equações relativamente simples:



Quanto mais se constrói no Concelho, mais o Presidente da Câmara pode gastar em obras que dão votos, como o Estádio e a ponte que lhe está anexa;

Quanto maior é a especulação imobiliária, mais elevados impostos, que vão directamente para o orçamento municipal, e maiores são os lucros das empresas de construção civil;

Quanto mais os Presidentes precisam de popularidade, mais benesses dão às sociedades anónimas desportivas;

Em Leiria, a empresa municipal que o CDS/PP extinguiria impreterivelmente durante a campanha, e que agora após esta e por via do acordo que fez com o PSD, não só passou a defender, como também a gerir a Leirisport, que conseguiu o brilhante feito de ter uma equipa de um clube, a receber o dinheiro dos contribuintes, os cidadãos de Leiria, que nunca o foram nem são ouvidos, para jogar num Estádio construído com dinheiro dos contribuintes e que é uma fonte de despesas, garantidas para os próximos vinte anos.

A prática geral do poder, é de evitar que os cidadãos intervenham directamente na definição do futuro do seu território. As redes de interesse, que nem sequer são eleitos, querem manter esse exclusivo e a participação das populações fica remetida para as eleições ou para actos meramente formais. De facto, a legislação remete a consulta pública para a fase final dos processos, já sem qualquer capacidade de influência. Um exemplo desta falta de transparência, tem a ver com o abastecimento de água no nosso concelho e com a escolha feita pelo executivo, liderado pela senhora Dr.^a Isabel Damasceno, ao optar pelo abastecimento de água à bacia hidrográfica do Mondego, sem dar qualquer tipo de explicações, sabendo o Bloco que há outras opções, nomeadamente, recorrendo à sua enorme bacia de água subterrânea, de boa qualidade, e que comportaria muito menos custos tanto à Autarquia como aos Municípios. Este problema, não mereceria discussão alargada? Não iria motivar o envolvimento da população? Quem está interessado em pagar água mais cara e provavelmente de inferior qualidade?

A falta de transparência e a não participação dos cidadãos, são problemas complementares, pois uma tem mais hipóteses de existir na medida em que outra tenha menor expressão.

O Estatuto do Direito de Oposição, que o Bloco tem, obriga a Autarquia a informar, regular e directamente, através dos órgãos executivos, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público. Nunca fomos informados de coisa alguma.



Temos também o direito a ser ouvidos, sobre propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade, de acompanharmos o desenvolvimento dos mesmos e tal não aconteceu, resumindo-se o executivo ao envio da sua proposta de orçamento, sem mais nada, numa quarta-feira dia 13 de Dezembro e solicitando eventuais propostas até sexta-feira, às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, por mão própria.

Quanto a documentos que solicitámos em 2 de Dezembro, por via do correio electrónico e por carta registada, para melhor estudarmos o orçamento, nada nos foi enviado e nem sequer tiveram a hombridade de dizer fosse o que fosse.

Daqui enviamos a nossa censura ao executivo, por tomar atitudes pouco democráticas e desrespeitadoras das leis vigentes, esperando que daqui para o futuro modifique as mesmas, de modo a um correcto funcionamento das instituições e para que possamos todos lutar por uma melhoria do nosso Concelho, independentemente das nossas opções partidárias.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Tem agora a palavra o senhor Deputado Francisco Francisco.

DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (CDS/PP)

Boa noite a todos e boas festas!

Estive presente na apresentação do estudo da avaliação do impacto dos centros comerciais em Leiria e quero antes de mais, felicitar a edilidade, pelo facto de não ter decidido, sem ouvir a opinião de pessoas provavelmente mais isentas e mais conhecedoras da realidade do País e do Mundo. Por aquilo que ouvimos, afinal nenhum dos centros comerciais foi considerado bom.

Naquela noite eu tive um sonho, que vou aqui transcrever:

Dado que existe, uma falta de rentabilidade da Leirisport, um preocupante défice financeiro, a Câmara Municipal de Leiria tem que fazer grandes transferências para lá, veja-se o actual orçamento, para que se mantenha aquela estrutura. Existe um elevado endividamento da Autarquia, muito dele causado pela própria Leirisport.



Temos endividamento para várias dezenas de anos, temos o sufoco financeiro da Autarquia, um aperto orçamental, uma gestão de recursos, vemos agora no actual orçamento que estão a ser ponderadas vendas de alguns imóveis que são temporários. Nunca mais poderão ser vendidos.

O topo Norte do Estádio, que a Autarquia pretende negociar a curto prazo está naquele estado lamentável . Há um estacionamento dentro daquele Estádio, como se diz em português “aos papéis” e eu pensei que, naquela zona, apesar de haver muita gente e que não gostava de ver ali construção, seria o melhor sítio para a implementação do grande centro comercial, se fosse integrado o Estádio, se o estacionamento que lá está que não está a fazer nada, ficaria naturalmente como ficam os outros, vejamos por exemplo Faro, em que o estacionamento continua a ser grátis no centro comercial. Com a cedência temporária, definitiva ou outra encontrada mais viável para aquela zona toda, o Rio Lis ficaria integrado dentro do próprio centro comercial, penso que seria o melhor sítio, para não deixarmos que a cidade fique longe.

Também é verdade que, como diria o poeta, “outros valores mais altos se alevantam”. Se calhar, nem todos pensarão assim.

Em consonância, penso que seria óptimo que a Câmara conseguisse um espaço alternativo, realmente para desporto, lazer, que se perdeu ali e que nunca mais será encontrado, porque se ali não for encontrada uma solução de rentabilidade, penso que nunca mais teremos uma oportunidade igual.

É um sonho! Um bom ano para todos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Tem agora a palavra o senhor Deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Boa noite a todos.



Senhor Presidente, antes de mais, felicita-lo por esta alteração de residência da Assembleia Municipal, mas sem deixar a nota, que espero que não fiquemos por este espaço. É um avanço, mas é um curtíssimo avanço, as condições melhoram ligeiramente mas ficamos muito aquém de podermos ter um espaço, uma bancada onde possamos colocar os documentos e ter de facto as condições mínimas para cumprirmos os nossos mandatos. Espero, que com a Câmara Municipal de Leiria, seja possível num curto médio prazo, alterarmos estas condições.

Dirigia-me à senhora Presidente de Câmara, fazendo um apelo.

Todos sabemos e isto é discutido todos os dias, da distância cada vez maior, que separa os órgãos políticos e os políticos das populações e da importância que existe, em que as posições que tomamos, as decisões, estejam cada vez mais próximas dos cidadãos e que a elas seja facilitado o acesso. Por outro lado e para que isso também possa acontecer, que os próprios membros dos diferentes órgãos, tenham todas as condições para poderem exercer as suas funções, no caso da oposição o seu aspecto fiscalizador e no caso de quem governa, a governabilidade dos órgãos.

Os Vereadores do Partido Socialista, têm vindo a defender as reuniões semanais e sei que a senhora Presidente não é defensora deste facto. Acresce-se, relativamente reuniões quinzenais, que o dia da reunião, faz com que os semanários que são os principais órgãos que transmitem à população tudo o que se passa nas diferentes reuniões, são um veículo privilegiado para os cidadãos terem o mínimo de informação sobre o que ali se passa.

Acontece que, ao obtermos reuniões do executivo às quintas-feiras, a maior parte dos semanários não pegará no grosso das situações que ali se passam, porque falaram uma semana depois e quando há um diário pelo meio, torna-se muito complicado. Se parece definitiva a decisão do executivo de reunir quinzenalmente, parece-nos de todo o interesse que as reuniões pudessem realizar-se no início da semana, para permitir uma atempada e correcta cobertura daquilo que ali se passa.

Daí que, deixava o apelo do Grupo do Partido Socialista, no sentido de poder ser equacionada essa possibilidade, que foi já aliás, veículo de proposta dos Vereadores do Partido Socialista.

Em relação ao senhor Deputado Carlos Poço, de facto muitas das frases que falou e que colocou como sendo do Partido Socialista, na maior parte dos casos foram ditas por mim, e estou muito satisfeito, por não ter contrariado todo esse pensamento, porque é verdade. Foram os sucessivos governos do Partido Socialista, que



trouxeram os maiores investimentos de que há memória neste concelho, começando pelo Hospital, pelo POLIS, pela requalificação da Maceira. Nenhum outro governo e como eles são de alternativa, entre o PS e o PSD, nenhum outro partido como o Partido Socialista, investiu tanto neste concelho. É um dado e fico satisfeito, porque da sua intervenção, não houve nenhuma crítica a essas afirmações que eu fiz em anteriores Assembleias Municipais e estou contente naturalmente por isso.

Não tenho conhecimento, porque infelizmente os órgãos mais próximos que o poderiam fazer não têm dado essa informação a esta Assembleia, da fase de trabalho em que está o Gabinete de Requalificação da Maceira. Naturalmente como já o afirmámos em anteriores Assembleias e em anteriores mandatos, o Grupo do Partido Socialista estará sempre disponível para acompanhar propostas, seja de que grupo for, que contrariem posições do Governo, quando tal matéria for altamente justificável e quando os interesses do concelho de Leiria se coloquem acima disso. Fizemo-lo em muitas acções e tomadas de posição desta Assembleia Municipal, no tempo por exemplo do Governo do 1º Ministro António Guterres, em que nós tivemos várias propostas e posições contrárias à do Governo, tomámos sempre essa responsabilidade.

Naturalmente não podemos subscrever a Moção que apresentou, até porque penso que o estilo e o conteúdo com que o fez, era propositado para que nós não a pudéssemos aprovar, porque na proposta, não apresenta nenhum facto que demonstre, a importância da continuidade desse investimento, sabendo nós e sendo assumido também pelo seu partido, a dificuldade que existe em termos de finanças públicas e a necessidade de efectuar cortes e de haver uma gestão mais criteriosa.

A sua proposta não nos apresenta razões para que possamos contrariar essa posição, como sempre foi dito, aquele gabinete tinha um tempo, era uma discriminação positiva em relação a outras freguesias, a outros concelhos. Nós temos no nosso próprio concelho áreas, como por exemplo a praia do Pedrógão, para citar apenas um exemplo, que necessitariam de um gabinete semelhante, e infelizmente para todos nós, o nosso país não produz riqueza nem tem meios para poder ter espalhados, por todo o lado, este tipo de gabinetes que infelizmente todos desejamos.

Portanto, o conteúdo de afronta que no fundo é a Moção que apresentou, até porque os senhores têm de facto a maioria absoluta nesta Autarquia, parece muito menos



preocupada com o gabinete em si, que na altura em que ele foi criado, o seu grupo parlamentar não deu a devida importância quando nós a sublinhámos.

Agora dão ou parece quererem dar essa importância ao gabinete com o conteúdo da Moção, que não é uma Moção em prol da solução de haver ou não gabinete. É sobretudo uma Moção de afronta ao Governo, de afronta ao Partido Socialista e no que nomeadamente diz respeito ao grupo do Partido Socialista em Leiria, nem sequer é justa, porque provámos em diferentes Assembleias, que quando os interesses da população estão acima das decisões do Governo nós acompanhamo-las, mas como já sublinhei aqui, decerto que a intenção da sua Moção não era que o Partido Socialista a acompanhasse, era sobretudo um pouco de chicana política, que ela contém. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Tem a palavra agora, o senhor Deputado António Febra, Presidente da Junta de Freguesia da Maceira.

DEPUTADO ANTÓNIO FEBRA (Presidente da Junta de Freguesia da Maceira)

Boa noite, senhor Presidente da Assembleia.

Eu não era para intervir neste ponto de “antes da ordem do dia”, mas como o senhor Deputado Carlos Poço falou na questão do Gabinete de Requalificação, decidi intervir apesar de ter isso no meu discurso para o próximo ponto.

O Deputado Luís Pinto levantou aqui um problema que à parte do meu discurso, acho que tenho de dizer alguma coisa refere-se à questão do investimento que os governos do Partido Socialista e outros fizeram, relativamente à requalificação na Maceira.

Eu acho que é uma grande ofensa aos maceirenses, falar no investimento que se fez, porque basicamente o que se fez, foi zero. Os projectos estão em cima da mesa



e agora para cúmulo, encerra-se o gabinete, com os projectos prontos e fica tudo à deriva. Portanto, os governos do Partido Socialista investiram zero na Maceira, que continua à espera dessa tal dita requalificação, que foi inventada de facto no Governo do Partido Socialista. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Senhor Deputado João Cunha!

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Boa noite a todos!

Com uma saudação especial à Mesa da Assembleia e ao elenco camarário, senhores Deputados Municipais, desejo-vos umas boas festas e um óptimo 2006, que se aproxima.

Eu pedi a palavra para fazer aqui vincar que esta questão que foi apresentada pelo Deputado Carlos Poço, relativamente ao Gabinete de Requalificação da Maceira, não é uma questão de ânimo leve, é uma questão de fundo, é uma questão de estratégia de desenvolvimento. A questão que foi agora sublinhada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Maceira, que os projectos estão prontos e que era necessário agora passá-los para o concreto, é que é a questão de fundo. A afronta que é aqui feita, não é ao Governo, não é ao Partido Socialista, Deputado Luís Pinto. Não é essa a questão.

A afronta que está a ser feita aqui é ao povo da Maceira, é ao povo do concelho de Leiria, que apostou claramente, na viabilização do gabinete, para que produzisse trabalho e para que produzisse obra. E no momento em que estão os processos praticamente a chegar a uma altura em que se pode começar a ver frutos, é interrompido de uma forma perfeitamente abrupta, sem uma explicação, sem uma fundamentação. E estamos a falar de uma comparticipação de 75%, relativamente às remunerações do respectivo pessoal técnico, porque os outros 25% a Câmara Municipal já comparticipava, substituindo-se à Direcção Regional do Ambiente, que no início, tinha a seu cargo esses mesmos 25%. E essa é que é a questão de fundo. Há aqui um claro desinvestimento na qualificação que a Maceira estava a levar a cabo e portanto, a afronta é à população da Maceira, não é uma afronta naturalmente ao Governo nem ao Partido Socialista porque não é disso que se trata. Trata-se de uma questão da Freguesia da Maceira e do concelho de Leiria.



É natural que hoje, o Deputado Luís Pinto venha puxar dos galões porque efectivamente, teve a oportunidade de defender. Mas o problema é que, esta questão surge também do âmbito mais alargado da co-incineração e vamos ver o que é que vai acontecer, agora que o Eng.º Sócrates traz a bandeira da co-incineração novamente na mão e esta machadada que está a ser dada ao povo da Maceira, vamos lá ver qual é o seguimento que vai ter em relação à co-incineração. Portanto a questão de fundo meus amigos, que aqui está, nesta Moção que foi apresentada pelo Deputado Carlos Poço, é saber quem é que se põe ao lado do povo da Maceira, defendendo os seus interesses, defendendo a sua qualificação, defendendo realmente uma qualidade de vida para o seu desenvolvimento futuro, ou aqueles que querem virar costas a esse desenvolvimento, que querem alhear-se desse desenvolvimento e querem no fundo, ludibriar neste sentido mais lato, de deixar para trás estes interesses qualificantes, digamos assim, do povo da Maceira. Eu quero deixar também aqui, de forma muito clara, a posição que a Câmara Municipal tomou, de solicitar a prorrogação do prazo, é claramente uma posição de defesa dos interesses do povo da Maceira e do concelho. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Boa noite a todos.

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente, duas notas prévias.

A primeira de facto tem a ver com isto: Presumo que estes pontos vão ser debatidos oportunamente e portanto, estar a antecipar o debate, não me parece lógico.

A segunda questão é em relação à utilização deste espaço, que eu também saúdo, mas apenas gostaria de deixar uma notinha.

Parece-me que normalmente nas Assembleias, era importante que houvesse um espaço mais ou menos definido, porque neste momento estou com um problema técnico. É que gostava de ter os "meus Deputados" juntos e não tivemos espaço para isso, o que depois torna complicado operacionalizar determinado tipo de situações. Acho que era importante podermos estar mais ou menos juntos, com áreas mais ou menos definidas, como é normal acontecer em Assembleias.



Agora se me permite, entraria de facto no que aqui me trouxe e que é aproveitar e agradecer ao senhor Deputado Vitorino Pereira, permitir-me fazer um pequeno esclarecimento, que me parece que é importante que seja feito de forma pública, por isso agradeço ter referido a questão.

O CDS/Partido Popular, em 9 de Outubro, ficou a escassíssimos quatro Vereadores de ter a maioria absoluta na Câmara Municipal de Leiria, escassos quatro Vereadores que fizeram toda a diferença. Quer isto dizer que, em democracia, nós se tivéssemos tido maioria absoluta, teríamos feito implementar o nosso programa.

Eu entendo, que será complicado para quem não tem um Vereador, poder atirar pedras a quem tem que fazer uma coisa que é extremamente importante, que é neste caso, utilizar o Vereador, cujo mandato o povo nos concedeu, para fazer a optimização, de acordo com os nossos pressupostos, daquilo que deve ser a gestão camarária. E há uma coisa, que seguramente o senhor Deputado reconhece, havendo a necessidade de encontrar consensos, porque volto a repetir, faltaram-nos quatro Vereadores para o nosso programa ser aplicado, que a forma mais digna de tomar posição sobre os assuntos, é conhecer exactamente como é que eles estão a ser geridos. Ou seja, se nós temos que compagnar com um aliado, no caso o Partido Social Democrata, o partido que teve mais votos nas eleições de 9 de Outubro como também deve ter reparado, e nós com eles formámos um pacto de maioria para poder governar o concelho, no caso da Leirisport, entendemos por bem que devíamos partilhar a gestão para conhecer o que se lá passa e para poder sobpesar que propostas devemos fazer, nessa como noutras matérias. Parece-nos, que em democracia, não há outra forma de fazer governação. Podíamos utilizar outro método, não me parece que seja o que está em causa, que seria pegar em paus, pedras, espingardas ou outra coisa assim, mas parece-me que em democracia tem que ser o diálogo, a concertação e o que nós aqui também temos que fazer é encontrar formas, de em conjunto, melhorar o concelho. E melhorar o concelho, seguramente passa por conhecer o que se passa no concelho e esse é um desafio que o CDS/Partido Popular assume tranquilamente, calmamente, fazendo fazer jus aos votos que o eleitorado nos deu.

Se me permite uma última correcção, senhor Deputado Luís Pinto, salvo melhor opinião também, poderá ter sido distração, não sei se reparou mas o Partido Social Democrata não teve maioria absoluta nas eleições em 9 de Outubro. O senhor referiu aqui "tem maioria absoluta", não tem maioria absoluta. Então lamentavelmente



estava mesmo distraído, mas não é em 9 de Outubro, continua distraído. O PSD não tem maioria absoluta, nem na Assembleia e portanto, é tempo de entender e de rever os resultados. O Partido Social Democrata, elegeu quinze Presidentes de Junta e catorze Deputados à Assembleia Municipal, o que dá vinte e nove, são cinquenta e nove, faltam trinta. Não há maioria absoluta nem na Câmara nem na Assembleia Municipal, somos nós, Deputados Municipais, que aqui vamos fazer as maiorias. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Terminámos este período de apresentação e esclarecimentos e julgo que agora é a oportunidade de dar a palavra à senhora Presidente da Câmara.

Antes de o fazer, contudo, aproveito esta oportunidade, talvez o devesse ter feito antes, para cumprimentar a senhora Presidente das Câmara e os senhores Vereadores aqui presentes e desejar-lhes também um novo ano muito feliz.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Obrigada senhor Presidente.

Muito boa noite, cumprimento todos os presentes, desejando também a todos um ano de 2006 com tudo o que entendam melhor, cumprimentar a Mesa e os senhores Vereadores e iria efectivamente esclarecer algumas questões que aqui foram colocadas, começando apenas pela ordem com que as fui ouvindo.

A primeira questão que aqui nos foi apresentada, foi pelo senhor Deputado José Augusto Esteves, relativamente à questão do edifício da Moagem e o que lhe quero dizer é o seguinte:

Efectivamente o edifício da Moagem teve uma aprovação ainda no executivo anterior, constando de um processo de reutilização, para habitação e comércio. Não há nenhum plano de pormenor eficaz, é o conhecimento que tenho, aliás, neste momento no concelho de Leiria, apenas existe um plano de pormenor eficaz, que é o plano de pormenor do Arrabalde, da Nova Leiria propriamente dito.

De qualquer das maneiras, a convicção que tenho e isso o senhor diz porque sabe, porque era membro desta Assembleia, é que haveria um estudo conjunto para um



plano de pormenor que não foi aprovado em termos de Conselho de Ministros. Não existe um plano de pormenor eficaz, isso garantidamente. Agora acredito, porque o senhor o diz, que terá havido um estudo conjunto que foi apresentado a esta Assembleia e o que me comprometo é ir confirmar essa informação que o senhor acaba de dar, de que existe um estudo conjunto, para efectivamente confirmar que, o projecto quando agora foi apresentado, respeitou esse estudo conjunto, que teria sido previamente aprovado por esta Assembleia e que não é um plano de pormenor eficaz. Era a nota que queria dar.

Relativamente à outra observação que fez, das obras da Praça do Rossio, a Praça do Rossio está integrada no plano de pormenor do centro da cidade, foi um plano de pormenor que já teve discussão pública e portanto, aquilo que é apresentado para discussão, corresponde ao resultado da discussão pública. Tem razão quando diz que ainda não veio à Assembleia Municipal para aprovação. Portanto compreendo perfeitamente e dentro dessa abertura de podermos trazer bocados do plano de pormenor, no fundo é isso, para podermos dar agilidade às obras, acho perfeitamente pertinente que esse mesmo projecto, que já foi apresentado à Câmara, com todo o pormenor e até publicamente, em sessões públicas, que seja feito a esta Assembleia, para a Assembleia ter conhecimento do que é que está proposto para ali, dizendo-lhe de antemão que aquilo respeita o plano de pormenor que já teve discussão pública. Fica a nota que aceito perfeitamente que venha a esta Assembleia para ser analisado e para ser conhecido.

Relativamente à intervenção da Deputada Manuela Santos, quanto à proposta e à ideia de se avançar para uma revisão do contrato elaborado, entre a Leirisport e o União de Leiria SAD, o que quero dizer é que efectivamente o objectivo da Câmara enquanto accionista principal ou único, ordenar à Leirisport para avançar com essa revisão, conforme já tinha sido dito várias vezes na Câmara, houve como é evidente eleições, houve alterações do Conselho de Administração da Leirisport, vai neste momento entrar em funções o Conselho na sua nova forma e é uma prioridade.

Já houve trabalho feito antecipadamente pelos membros do Conselho de Administração que se encontram e que dão continuidade e irá haver, com o novo membro do Conselho de Administração, uma revisão tendo em conta todas as observações ou parte das observações que têm sido feitas.

Uma nota que é complementar àquilo que disse o senhor Presidente da Assembleia, relativamente à proposta de aquisição de equipamento.



Eu tenho algumas dúvidas, efectivamente como dizia o senhor Presidente, que se encontre algum equipamento que consiga fazer isso que o senhor propôs, era interessante que houvesse, mas tenho dúvidas.

De qualquer das maneiras, enquanto representante da Câmara, iremos tentar ver se há alguma coisa que possa responder a essa sua ideia.

Para o senhor Deputado Vitorino Pereira, uma resposta relativamente à adesão do Município de Leiria ao sistema de águas do Mondego.

Esta adesão, foi aprovada nesta mesma Assembleia, aliás, foi até aprovada em duas Assembleias distintas. A primeira delas em 1999, e a segunda vez, já da adesão concreta porque em 1999 foi uma intenção de aderir e depois mais tarde, salvo o erro na Assembleia Municipal anterior a esta, em que foi aprovada a adesão definitiva.

A lógica é numa primeira fase recuperar e explorar todos os recursos do Concelho, se esses recursos não chegarem e não forem suficientes ir encontrar em concelhos vizinhos e o sistema vai ficar integrado para, em última análise, ir buscar água ao Mondego, quando não houver aqui nenhuma capacidade de resposta, nos concelhos locais. Portanto, é a lógica do sistema multimunicipal e volto a dizer que, isto foi aprovado pela Assembleia Municipal.

Relativamente à questão que colocou de nos terem sido solicitados documentos, efectivamente foram, estamos a prepará-los todos para vos fazer chegar, cumprindo a lei, que nos obriga a cumprir um determinado prazo para vos dar resposta, aos documentos que forem solicitados pelos senhores Deputados Municipais, os quais são veiculados pelo senhor Presidente da Mesa para a Câmara e nós forneceremos todos os documentos que os senhores entenderem por respeito e por resposta a essa transparência que o senhor pode querer mas não quer mais do que eu, garantidamente.

Relativamente às outras questões, julgo que as mesmas foram recomendações e sugestões que as quais ouvi e já tomei nota. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Temos agora no ponto seguinte, uma Moção e duas propostas para submeter à votação.



Em relação à Moção que foi apresentada pelo senhor Deputado Carlos Poço, sobre o Gabinete Técnico de Requalificação da Maceira, julgo que era sobre isso que o senhor Deputado Carlos André queria intervir.

Já todos excedemos o tempo, com excepção dos Deputados do PSD. Nós temos estado a cronometrar os tempos e não quis aplicar aquilo que o Regimento que está em vigor diz, neste momento vamos contemporizar até que seja possível, portanto pedia ao senhor Deputado Carlos André, que se quisesse apresentar alguma alteração ou alguma Moção que possa ser posta em complementaridade a esta, o fizesse.

Tem a palavra o senhor Deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Muito obrigado senhor Presidente.

Senhor Presidente da assembleia, senhora Presidente da Câmara, senhores Deputados Municipais.

Eu serei muito rápido em relação a esta Moção.

Eu compreendo os ânimos das pessoas da Maceira, no que diz respeito à anunciada extinção do Gabinete Técnico de Requalificação. Entendo no entanto, que não é dizer a verdade, afirmar-se que ao longo destes seis anos, que vão de 1999 a 2005, não se fez qualquer investimento na Maceira. Porque se não se tivesse feito qualquer investimento, ninguém estaria concerteza contra a extinção do gabinete, que ele próprio, em si, é um investimento e portanto, acho que haveria aí, uma contradição. Vale a pena citar os filtros colocados na fábrica que modificaram o ambiente na Maceira, e eu recordo-me, de que na minha anterior encarnação, desculpem esta minha expressão irónica, fui visitar áreas de requalificação e nessa visita fui guiado pelo então Presidente da Junta de Freguesia da Maceira, áreas requalificadas, foi ele que me foi mostrar. E portanto, ou as destruíram entretanto ou elas existem, mas houve de facto algum investimento, estou a falar como se recordarão, de há quatro anos atrás e nessa altura fiz visita a áreas requalificadas, ou seja, onde houve investimento e quem as mostrou foi o Presidente da Junta de Freguesia da Maceira à data, que não era o actual.

O que é preciso termos em conta, e o meu colega de bancada Luís Pinto, já disse isso aqui com muita clareza. Estes investimentos têm um tempo, estes gabinetes têm um tempo de durabilidade, a partir do qual, podem ser geradores de assimetrias no



próprio Concelho, ou seja, há investimentos feitos e a partir daí há assimetrias no Concelho. Perguntar-se-á, porque é que não se faz um investimento semelhante na Caranguejeira, ou em Monte Real. A partir de certa altura, torna-se difícil manter uma estrutura numa freguesia, que pode criar assimetrias em relação às outras freguesias. E é isso, que pedia aos membros desta Assembleia que reflectissem.

Em todo o caso, eu gostava de dizer, que nós Partido Socialista, estaríamos disponíveis e estaremos disponíveis, posso aliás propor um texto para primeiro, lamentar a extinção do Gabinete de Requalificação Ambiental, e segundo, exigir do Governo, a concretização dos projectos que já estão concluídos.

É tão só isto, para isso estamos disponíveis. Se querem uma aprovação, não direi por unanimidade, porque não posso falar em nome do CDS/PP, nem em nome do Bloco de Esquerda, nem da CDU, mas se quiserem eventualmente uma aprovação, calculo que por unanimidade, estaremos disponíveis para votar isso.

Mas a vossa Moção não é isso, é uma Moção contra o Governo do Partido Socialista, é uma Moção contra o próprio Partido Socialista, é uma Moção que pretende tomar uma posição, ao contrário do que vem aqui dizer o Deputado João Cunha, é uma Moção que pretende assumir um posicionamento claramente partidário. Não contarão connosco para essa Moção, mas quando a escreveram já não contavam, talvez não contassem é com esta nossa abertura. A nossa abertura é votarmos um documento que posso propor, dentro de dois minutos tê-lo-ei pronto porque só me falta escrever a conclusão, onde :

1º Lamentamos a decisão do Governo de extinguir o Gabinete Técnico de Requalificação da Maceira;

2º Reclamamos do Governo a concretização dos projectos que o Gabinete entretanto já produziu;

Entregarei este documento ao senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

O senhor Deputado José Augusto Esteves pediu para intervir sobre este assunto? Faça favor!



DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

É uma vantagem para o Concelho senhor Presidente, ter uma Assembleia com muitas intervenções, e neste caso concreto, até tem razão de ser. Comparar a problemática da requalificação urbana da Maceira, com qualquer outra freguesia do Concelho, é não perceber o que representa a extracção das margas, o peso do transporte sistemático naquela pequena urbe, é não perceber que de facto estamos perante uma freguesia martirizada, que tem na realidade, um conjunto de problemas que são diferentes dos problemas de outras freguesias. E por isso, estou de acordo com esta proposta, e o apelo até que fazia, afinal antecipou-se o Deputado Carlos André, no sentido de tentarmos encontrar uma solução que expresse a opinião unânime da Assembleia. É evidente que, o PSD foi longe demais nas considerações. Há ali considerações que podem ser expurgadas e que podem naturalmente resultar em benefício para o concelho, fazer ver que de facto, aquela freguesia tem problemas muito concretos e particulares e que também o PSD, neste caso, tem que abdicar de certo tipo de argumentação se quer de facto defender os interesses da própria Maceira.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A única coisa que queria perguntar ao senhor Deputado Carlos Poço, porque penso que não poderemos continuar esta discussão, é se tem uma opinião em relação à proposta do senhor Deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PPD/PSD)

Eu fico muito satisfeito com o acompanhamento que o Partido Socialista pretende fazer de parte da nossa Moção, e para não estarmos a prolongar aqui a discussão publicamente, a proposta que faço é que se reúna alguém do Partido Socialista com alguém do Partido Social Democrata e os outros partidos se assim o entenderem também, no sentido de encontrar um texto, que no final da discussão, no final do orçamento, se leia e se ponha à aprovação, ou seja, no sentido de encontrar um denominador comum que pudesse ser abrangente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Aquilo que vamos fazer, após a discussão e votação destas duas propostas, é um pequeno intervalo, foi-me explicado que à semelhança de anos anteriores há Bolo Rei e Vinho do Porto como simbolismo da época, alguns irão ter que sacrificar um pouco



desse intervalo, para alinhar esta proposta, a qual será colocada à votação imediatamente a seguir ao intervalo, sem mais discussão. Ou há uma proposta comum ou então se não houver, avançará para votação a proposta do senhor Deputado Carlos Poço

De seguida passaríamos à **proposta apresentada pelo Deputado Carlos André, relativamente à abolição de títulos nas actas da Assembleia**. Penso que todos estão recordados dos termos da proposta, pela minha parte estou de acordo com ela, no entanto vou colocá-la à votação.

Alguém está contra?

Alguém se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Deputado Carlos André, com o seguinte teor:

PROPOSTA

A leitura das actas da Assembleia Municipal deixa perceber que nelas se reflecte o hábito bem português de fazer a seriação das pessoas em função dos seus títulos. Somos, de facto, o país do mundo ocidental onde essa característica é mais visível.

Daí resulta, nessas mesmas actas, uma distinção entre os vários membros desta Assembleia, assim organizados segundo os seus graus ou títulos académicos, com recurso a designações, de resto, nem sempre precisas nem exactas.

Ora, acontece que todos nós fomos eleitos para o exercício deste cargo em resultado de uma característica essencial, que a todos é comum: o sermos cidadãos. E, além disso, o estabelecimento de distinções desta natureza permite, inconscientemente, criar clivagens inúteis e desnecessárias entre titulares do mesmo órgão.

Assim sendo, os eleitos do Partido Socialista propõem que, a partir de agora, os membros da Assembleia Municipal passem a ser referidos nas respectivas actas e demais documentação apenas pelo respectivo nome ou, se for caso disso, pela função autárquica que exercem.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Pedia agora ao senhor Deputado José Augusto Esteves o favor de ler a sua proposta.



DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

Esta proposta foi feita um pouco à pressa, é provável que não esteja muito clara e nem pretende sequer pôr em causa ninguém, nem a palavra de ninguém. Mas julgo que o próprio órgão, deve tomar uma decisão, porque estou convicto que estamos perante uma ilegalidade. Pode não estar a Assembleia e por isso mesmo, também ponho aqui o eventual conhecimento:

PROPOSTA

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 29 de Dezembro de 2005, tomando conhecimento da eventual ilegalidade, da decisão camarária que aprovou o projecto de transformação da Moagem, inclusa no plano de pormenor do Carpalho, aprovado em devido tempo pela Assembleia Municipal, decide:

- **Solicitar à Câmara Municipal, a suspensão da decisão da aprovação do projecto;**
- **Solicitar à Câmara Municipal e ao Presidente da Assembleia Municipal que prepare um ponto da ordem de trabalhos aqui, com a documentação relevante do plano do Carpalho, para que se possa tomar uma decisão.**

Eu tenho a certeza, que não se trata de um estudo, foi o primeiro plano que aprovei e um plano aprovado por unanimidade, porque era um plano equilibrado. Na altura a gente discutiu, era preciso vivificar aquela zona, estava um bocado sombria, tinha uma raridade muito grande demográfica, tinha ali até, digamos, comportamentos de gente marginal, quem conhece Leiria sabia que era assim e na altura, foi uma proposta equilibrada, toda a gentes estava de acordo com ela. E agora dizem-me que não é eficaz? Que não foi aprovado em Conselho de Ministros, mas chegou lá?

Isso tem que se saber, o plano tem que vir a esta Assembleia e tem que se dizer o que é que aconteceu ao plano. Eu penso que o plano tem que estar na Câmara, agora se não está chamem a polícia.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém se quer pronunciar sobre este assunto?

Penso que a senhora Presidente esclareceu, contudo se quiser dar algum esclarecimento adicional pode fazê-lo porque depois teremos que a pôr à votação.



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Não senhor Presidente, o meu esclarecimento já foi dado, não há nenhum plano de pormenor eficaz no concelho de Leiria, à excepção, do plano da Nova Leiria.

O senhor pergunta-me o que é que aconteceu ao plano e conforme lhe disse na minha anterior intervenção, posso averiguar sobre a existência do plano. Como sabe, estamos a falar de coisas que existiram antes da minha responsabilidade na Câmara e por isso é que lhe disse que ia saber da existência desse plano, se havia algum estudo, porque eficaz não é e como o senhor sabe, só é eficaz depois de aprovado pela Assembleia Municipal e enviado a Conselho de Ministros para ser ratificado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Deputado Augusto Esteves!

Não sei se exorbito as minhas funções, mas uma vez que a senhora Presidente da Câmara está disposta a investigar o assunto e prestar todos os esclarecimentos numa próxima Assembleia, pergunto se o senhor Deputado está disposto a guardar esta proposta para uma próxima Assembleia, onde terá, naturalmente, a liberdade de a apresentar novamente?

Se insiste em que ela fique, vou colocá-la à votação.

Esta proposta pede a suspensão dos trabalhos.

Alguém vota contra? Trinta votos contra.

Alguém se abstém? Quinze abstenções.

Alguém vota a favor? Cinco votos favoráveis.

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria, com trinta votos contra, quinze abstenções e cinco votos favoráveis, rejeitar a proposta apresentada pelo Deputado José Augusto Esteves, eleito pela CDU.

O senhor Deputado João Cunha apresentou a seguinte declaração de voto:

Queria informar a Assembleia que a razão do meu voto contra, tem a ver com o facto de, conforme foi explícito pelo senhor Presidente, a questão levantada pelo senhor Deputado José Augusto Esteves, não ficar prejudicada na próxima Assembleia, de poder ser analisada com a profundidade que o tema exige. Portanto, salvaguardando essa hipótese de aclarar as situações, mais não me restava em função da manutenção da proposta do Deputado José Augusto Esteves, do que votar contra.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Deputado Augusto Esteves, embora para mim não faça sentido, uma vez que é o autor da proposta, penso que ela explicita exactamente qual é a sua linha de pensamento, mesmo assim, como estamos em espírito natalício, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

Obrigado senhor Presidente.

Para dizer que, a informação que vinha no jornal era de que as obras começavam este mês e como é hábito, as coisas andam para a frente e não sei se ela se confirma ou não. Mas de qualquer maneira a declaração é no sentido de que se esta Assembleia não acompanha, não toma em conta e não decide de acordo com o respeito pela legalidade, porque a legalidade de facto, resulta do Conselho de Ministros, da sua aplicação, mas pode haver má fé, pode haver comportamentos aqui muito complicados, que têm que ser claramente pedidas responsabilidades, porque tenho a certeza que aprovei um plano de pormenor da zona do Carpalho. É preciso que venha aqui muito claro, porque é que não há plano.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor Deputado.

Não é bem uma declaração de voto, devo dizer que largamente todos os grupos excederam o tempo que deveria ser permitido, com excepção do PSD, como anteriormente já tinha referido. Fomos benevolentes neste momento, mas temos que pedir para a segunda parte da sessão, embora entenda que os assuntos sejam importantíssimos, alguma contenção senão não acabamos hoje a sessão.

Vamos interromper para o intervalo de quinze minutos!



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhores Deputados temos um longo caminho a percorrer ainda e como foi prometido, todos os grupos se entenderam, e vou ler a proposta:

MOÇÃO



“Chegou esta semana ao conhecimento público que o Governo decidiu encerrar a actividade do Gabinete Técnico de Requalificação da Maceira, criado em 1999.

A verdade é que os objectivos que presidiram à criação desse Gabinete, ainda não foram atingidos na totalidade, pelo que existem, por parte da população, expectativas por cumprir.

Verifica-se, nomeadamente, que grande parte dos projectos estão prontos, mas falta a sua concretização.

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 29 de Dezembro de 2005, delibera:

1. Lamentar a decisão do Governo de extinguir o Gabinete Técnico de Requalificação da Maceira.
2. Apelar ao Governo no sentido de reconsiderar a sua decisão e prorrogar o prazo de funcionamento do Gabinete.
3. Reclamar do Governo a concretização dos projectos já elaborados pelo Gabinete ou em vias de conclusão.”

Esta é a proposta que vou pôr à votação, uma vez que já foi amplamente discutida e é do acordo de todos.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal delibera por unanimidade e aclamação aprovar a Moção sobre o Gabinete Técnico de Requalificação da Maceira.

Vamos passar ao período da “ordem do dia”!

ORDEM DO DIA

1. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

Alguém se deseja pronunciar em relação a estes relatórios? Não!

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento.



2. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2006 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA 2006 – Apreciação, discussão e votação;

Julgo que neste ponto a senhora Presidente quererá usar da palavra para apresentar esta proposta. Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Obrigada senhor Presidente.

Muito pouco o que tenho para dizer, uma vez que todos os senhores Deputados receberam a respectiva documentação, que tem uma nota introdutória que refere os objectivos que presidiram à elaboração deste plano e deste orçamento. Tem também uma nota técnica que explica o cumprimento das regras do POCAL e faz o enquadramento técnico da respectiva proposta. Portanto, nada mais tenho a acrescentar, estando receptiva a responder a todas as dúvidas e questões que possam surgir.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Estão abertas as inscrições para este ponto!

Tem a palavra o senhor Deputado José Manuel Silva.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores!

Em representação do Partido Socialista cumpre-me analisar a matéria de fundo que aqui nos traz – as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2006, tarefa que procurarei realizar com a elevação a que o nosso estatuto obriga, mas com a linguagem apropriada a uma situação que configura uma enorme mistificação política que urge denunciar.



As Grades Opções do Plano melhor fora que se designassem por Grades Decepções do Concelho pois não se descortina, por maior boa vontade que tenhamos na análise, qualquer opção verdadeiramente digna desse nome.

O documento é um arrazoado de lugares comuns sem qualquer priorização credível e em que o único elemento sustentado é uma fé salvífica nas virtudes da acção da maioria, "Leiria conhecerá um período de renovado e equilibrado desenvolvimento económico, em que se motivará a iniciativa privada, criando condições para um investimento crescente, potenciador de riqueza e empregabilidade".

Mas como, senhora Presidente, pode V.Ex.a garantir o paraíso ao leirienses se da leitura do texto não decorre mais do que uma sensação de déjà vu a cheirar a ranço, sem qualquer ideia de desenvolvimento digna desse nome. A verdade é que, nas suas linhas gerais, este documento podia ter sido escrito, pelo menos de há trinta anos para cá. O que aqui se diz já se dizia nos mandatos anteriores e nos anteriores dos anteriores.

Para quem considera que o EURO 2004 e outros eventos desportivos "definitivamente afirmaram Leiria no Mundo" e que esta vai ser uma vossa preocupação, "a imagem de Leiria no exterior, como reflexo de modernidade, qualidade e prosperidade", não lhes ocorre que este desiderato se não alcança apenas por uma mera declaração política redigida de forma descuidada, mas que necessitaria, para ser credível e levada a sério, de ser suportada num conjunto de indicadores, prioridades e investimentos transparentes e realizáveis?

Ao contrário de um programa de acção, que é o que deviam ser as Grandes Opções do Plano, o que encontramos são referências a obras em curso ou a intenções, sem calendário nem suporte financeiro fiável.

Vejamos:

- Saneamento.

Num concelho que se quer desenvolvido o saneamento é uma prioridade. Há um cronograma? Não. Há a garantia dos recursos financeiros necessários para a sua conclusão de acordo com um calendário assumido? Não.

- - Abastecimento de água

O problema é grave pois é sabido que a rede em baixa se encontra degradada e que a Câmara e os SMAS não têm os meios financeiros necessários para fazer face à situação. Nem uma palavra sobre o assunto. Como já é público, encara-se a perspectiva de uma mudança de estatuto dos SMAS, transformação numa empresa



municipal, concessão ou outra. Nem uma palavra, o que é espantoso, tendo em atenção a importância do problema.

Há depois um conjunto de tópicos encarados de forma generalista e ligeira, enunciados como se de um programa eleitoral se tratasse, em que nada se concretiza e tudo se resume a boas intenções, POLIS, Plano Director Municipal, acessibilidades, modernização administrativa e relações com as Juntas, relativamente às quais se faz uma espécie de jura “em que todas são iguais perante a autarquia”.

Ora a questão da relação Câmara-Juntas é antiga e já era tempo de se abandonarem promessas e se passar aos actos, ou seja, encontrar os mecanismos mais adequados para que as relações sejam as mais transparentes e não se possa desconfiar de favoritismos, nem de discriminação. Sobre isto nada de novo.

- Educação

Nem uma ideia concreta. Por exemplo, que passos vão ser dados para resolver o problema antigo das escolas em desdobramento. Qual o calendário do reordenamento da rede do 1º ciclo? Nada, apenas palavras soltas a embrulhar boas intenções.

- Cultura

Ficamos a saber que o Teatro vai ser remodelado e desenvolvido o programa museológico do Agro-Museu D. Julinha e o Moinho de Papel, este da iniciativa do Polis, e dinamizado o Centro Cultural Mercado de Santana, o Cine-Teatro de Monte Real e o Castelo. Muito bem, anotamos as boas intenções. Mas como é que estes programas, excepto os que são obras, vão ser concretizados? E a política cultural de um município como Leiria reduz-se apenas a estas medidas? Como presumo que a resposta é negativa, pergunta-se, então porque não as enunciam. Ainda não pensaram nelas, querem guardar segredo ou entendem que o momento não é suficientemente importante para as revelarem?

- Desporto e Juventude

A qualidade literária do Plano aprimora-se nesta secção onde quem o redigiu se deixou embalar pelo jargão desportivo e escreveu esta pérola – “As áreas da Juventude e Desporto permanecerão titulares indiscutíveis”. O que levanta a questão decisiva de saber quais os titulares discutíveis. De qualquer forma ficamos a saber que o objectivo é “vencer”, embora não se saiba bem o quê, se o atraso, se a ignorância ou mesmo a illiteracia. Sobre acções concretas nem leve referência. Sobre a Leirisport, sustentabilidade financeira do estádio,



renegociação do acordo com a União Desportiva de Leiria, silêncio absoluto, como se não se falasse dos assuntos estes não existam. Para um documento com as características de um Plano, a formulação desta secção é o exemplo acabado da ligeireza e falta de rigor com que o documento foi redigido.

- Acção Social

Piedosas intenções de continuidade de supostas acções que “minimizem assimetrias sociais, potenciem uma verdadeira igualdade de oportunidades de vida. “Nem uma revolução, quanto mais uma câmara. Trata-se de foguetório linguístico para esconder debilidades à vista de todos. Medidas concretas, nem uma e sabe-se como de boas intenções está o inferno cheio.

- Ambiente e Espaços Verdes

Como numa acção alquímica em que o ouro brota de complexas e secretas fórmulas, ainda que completamente incompreensíveis para o comum dos mortais, o futuro ambiental do concelho resume-se à recolha e tratamento de resíduos associada à incontornável defesa do património natural.

Sosseguemos, pois. Os leirienses podem dormir descansados, tudo o que respeita a ambiente e espaços verdes está resolvido, ou pelo menos não há acções dignas de relevo para que figurem no Plano. Leiria não tem problemas ambientais. A ribeira dos Milagres nunca existiu, as sucatas há muito desapareceram, o rio Lis corre limpo e povoado de peixes que o povo pesca nas margens frondosas recuperadas pelo Polis.

E é esta a nossa leitura das Grandes Opções do Plano para 2006.

Sinceramente, o tom levemente jocoso é à resposta à inconsistência, à falta de rigor, ao primarismo de um documento que devia ser um repositório de acções calendarizadas e com realização financeiramente assegurada, em vez de ser uma má ficção, para cumprir calendário, para virar mais uma página sem honra nem glória desta maioria que teima em não se emendar.

Mas vejamos agora onde a mistificação se torna ainda mais grave e preocupante. Nos últimos anos a percentagem de emolamento do orçamentado relativamente ao realizado é, respectivamente, de 66% em 2001, 44% em 2002, 54% em 2003, 46% em 2004, e em 2005 para um total de despesa de cem milhões de euros, e a duas semanas do fim do ano, estavam realizados cinquenta e três milhões, ou seja o emolamento ascende a 88,6%.



Ora, sendo basicamente as mesmas pessoas a determinar a acção do município, é expectável que reincidam na esperteza saloia, para usar uma expressão popular, de empolar a receita para fingir despesa, gerindo à vista, manobrando como melhor lhes convier e, daqui a um ano, solicitando novo cheque em branco a quem esteja disposto a viabilizar a aprovação do Plano e Orçamento.

Tal como se encontram organizados os documentos, nem sequer se trata de um cheque em branco, é mais tipo careca, pois sabe-se antecipadamente não ter provisão. E isto é mau para a credibilidade da Câmara, para a Assembleia Municipal e para a própria lisura e transparência da vida democrática.

O que aqui temos de analisar não são as acções e a despesa a realizar, é precisamente o exercício contrário que se impõe fazer, de tido o que consta o que vai a Câmara cortar por ausência de receita não realizada? Alguém sabe dizer? E a gravidade da questão agiganta-se aqui, e a necessidade de rigor reforça-se para quem tem o dever de fiscalizar as acções da Câmara, e esta não é apenas da oposição.

É, pois, esta razão bastante para que lancemos aos Deputados que suportam a Câmara o repto de por um momento deixarem as solidariedades partidárias e serem mais comprometidos com o concelho, com a verdade de uma acção política de rigor e vistas largas e com uma gestão de boas contas, que a Câmara continua a ser relapsa em fazer, dando mau exemplo, defraudando expectativas, levando ao desespero e até à falência alguns fornecedores.

Senhora Presidente, Senhores Deputados, este é um exercício penoso porque o paraíso que nos prometem no Plano se transforma num inferno tormentoso no Orçamento, porque a verdade e o rigor não moram aqui, porque o futuro não só continua adiado, mas cada vez mais em risco.

Do lado da receita alinham-se verbas com pouco mais de razoabilidade do que os desejos de quem as mandou inscrever. Do lado da despesa faz-se um exercício de prestidigitação. A despesa vai ser a possível de acordo com a receita. Se houver receita há despesa, caso contrário adia-se. É uma forma de gerir, mas não é boa, nem transparente gestão.

Por outro lado, sendo certo que os tempos são de crise e de contenção com despesas correntes, estas aumentam significativamente. Ao arrepio do que se deseja, aumentar a eficiência dos serviços com melhor organização, economias de escala e



aumento da produtividade, insiste-se em velhas fórmulas que em nada contribuem para diminuir despesa e melhorar o desempenho.

A análise do Plano e do Orçamento demonstra à sociedade duas coisas, V.Ex.as. não têm estratégia, nem têm rigor. Propõem-se ir fazendo e ir gastando, mal, como se tem visto e vai continuar a acontecer. E o facto de a verba que de forma mais escandalosa e surpreendente aumenta, a que vai suportar a despesa do Gabinete de Comunicação da Câmara, 94% acima do ano transacto, explica tudo. V.Ex.as não se propõem pôr em prática um Plano, V.Ex.as propõem-se fazer propaganda, e esta é a vossa estratégia para o futuro do concelho.

Não vamos convosco por este caminho sem retorno. Estas Grandes Opções do Plano e Orçamento merecem a nossa clara rejeição.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

No início deste novo mandato, neste primeiro momento politicamente muito relevante em que se procede à análise do Plano e do Orçamento, fica claríssimo que a metodologia utilizada é inaceitável. As Grandes Opções do Plano não são dignas desse nome, nem técnica, nem formalmente, Quanto ao Orçamento, pode ser contabilisticamente irrepreensível, mas não é disso que aqui nos ocupamos, politicamente é um logro. Que significado tem estarmos a analisar pormenorizadamente um documento que se sabe, ab inicio, terá taxas de execução expectáveis de 60% ou menos? A verdadeira decisão não é fazer o orçamento, é autorizar a despesa e esta, nas condições presentes, tem uma margem de discricionaridade por parte da maioria da Câmara completamente inaceitável.

Por esta razão, sugerimos a V.Ex.a que utilize os poderes que tem, incluindo a magistratura de influência que também lhe assiste, para sensibilizar a maioria da Câmara no sentido de introduzir mais rigor e transparência na elaboração futura destes documentos, designadamente, na elaboração do Plano, transformando-o naquilo que deve ser – documento matricial da acção política da Câmara no ano, definindo medidas, priorizando-as, calendarizando-as e demonstrando de forma simples o seu suporte financeiro. Se assim acontecer todos ficaremos a ganhar, em primeiro lugar o próprio concelho e os leirienses em geral. Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra o senhor Deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados Municipais.

A intervenção de fundo dos Deputados Municipais eleitos nas listas do Partido Socialista, foi aquela que foi aqui feita pelo Deputado José Manuel Silva, e na qual, obviamente, todos nos revemos. Limitar-me-ei por isso, a duas observações, das quais resultará um apelo, e a algumas perguntas ou dúvidas que quero formular à senhora Presidente da Câmara. Limito-me ao documento intitulado "Grandes Opções do Plano 2006-2009". E a primeira observação, coincide exactamente com aquela que foi feita pelo Deputado José Manuel Silva.

Este documento, perdoar-me-ão se diga que é demasiado um conjunto de generalidades. Não acredito que este documento tenha sido escrito nem teria que ser, pela senhora Presidente da Câmara, mas gostaria que tivesse a mão dela e não me parece que tenha. É muito generalista, o Deputado José Manuel Silva já disse, podia ter sido feito há trinta anos e repetir todos os anos, e se lermos com atenção, faltam aqui coisas palpáveis e coisas concretas. Primeira observação.

E a segunda, é de que há aqui frases que nem sequer fazem sentido. Ele citou uma, que eu gostava que alguém me traduzisse em português "As áreas da Juventude e Desporto, permanecerão titulares indiscutíveis". Eu não consigo entender, o que isto significa, não percebo. Mas, há uma outra, vou lê-la com calma "Pese embora a capital atenção que a vertente estrutural deva exigir, a componente social em complemento, manterá o papel correspondente, tendo efectivamente as pessoas como referência absoluta". Também, não consigo atingir o que se pretende dizer com esta frase.

O apelo resulta destas duas observações, que de futuro, senhora Presidente da Câmara, peça a quem tem que elaborar sob sua orientação estes documentos, que os faça de uma forma, que seja uma forma digna não só para serem presentes a esta Assembleia como para ficarem como marcos da vontade de uma Câmara



Municipal apresentada aos munícipes que lhe confiaram o mandato, para os dirigir durante quatro anos.

E depois, tenho um conjunto de dúvidas que gostaria de formular.

A primeira tem a ver com a questão do Plano Director Municipal, que é definido e muito bem como uma pedra basilar, é verdade, e que cuja revisão é absolutamente indispensável e todos os senhores Presidentes de Junta melhor do que ninguém sabem isso, isso também é aqui afirmado, gostaria de perguntar se, a senhora Presidente da Câmara entende que é possível prever para o ano de 2006, a conclusão da revisão, do Plano Director Municipal. E pergunto-lhe também, que garantias tem, de que essa possibilidade realmente se concretize.

A segunda dúvida, tem a ver com as questões relacionadas com a estruturação e modernização administrativas, onde se diz, "a estruturação e modernização administrativas prevê-se fomentando a formação, inovação e acesso à informação, aproximando através de serviços personalizados e sustentados tecnologicamente, o município do munícipe.". Seria possível senhora Presidente, concretizar mais esta afirmação?

Terceira dúvida. Na página três fala-se no terceiro parágrafo, de eventos que continuarão a projectar Leiria no plano nacional e internacional. Eu gostaria de saber concretamente, a que eventos se refere, eventos a realizar em 2006, com este objectivo, a que eventos se refere.

Uma outra pergunta tem que ver com os parques empresariais, sob direcção da GESTINLEIRIA, pretende-se dar sequência à criação de parques empresariais estratégicos. A minha pergunta é : A Câmara Municipal de Leiria já tem neste momento ideias, quanto à localização desse parques empresariais estratégicos? Se tem, onde é que pretende localizá-los, quais as prioridades de localização desses parques empresariais.

Finalmente, uma última pergunta, que tem que ver com a projecção de Leiria, que fará igualmente parte integrante da estratégia municipal para 2006, e eu perguntaria quais as iniciativas para essa projecção.

Para terminar, em relação ao Desporto, é apenas uma última observação, que deliberadamente guardei para o fim, porque se diz que a relação com o associativismo juvenil e desportivo, será a espinha dorsal – não tenho nada contra isso, e diz-se que a estratégia passará por envolver todos os agentes na prossecução do objectivo comum – vencer. Permite-me discordar, considero discutível, se o



objectivo autárquico no seu relacionamento com o associativismo, deva ser vencer em vez de participar. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra o senhor Deputado António Febra, Presidente da Junta de Freguesia da Maceira.

DEPUTADO ANTÓNIO FEBRA (Presidente da Junta de Freguesia da Maceira)

Mais um orçamento de decisões adiadas, que comprometem o desenvolvimento da freguesia de Maceira, potenciador do agravamento das assimetrias, entre o meio urbano e o meio rural.

Votar favoravelmente este orçamento, é contribuir mais uma vez, para a discriminação dos meios rurais, espoliando-os dos necessários investimentos públicos, mediante a sua aplicação numa política do desperdício, sem a necessária visibilidade, da sua utilidade pública. Estamos atulhados num Orçamento de desnorte, onde grande parte das rubricas orçamentais, estão insuficientemente dotadas, comprometendo a execução de projectos de mais-valia para as populações rurais. Atrevo-me a dar um exemplo, com trinta mil euros, dotados num orçamento, para a execução do mercado de Maceira, certamente que nem os alicerces conseguiremos concretizar. Optou-se por adiar a sua execução para 2007 e 2008, quando em 2005 já havia sido suficientemente dotado. O mesmo se passa com a Casa Mortuária da Maceira, com apenas cinco mil euros dotados, mas estes, são tão somente dois casos pontuais. É pena que no Orçamento esta seja a regra e não a excepção.

Em contrapartida, aplicam-se avultados recursos financeiros para empresas de índole municipal, e custos financeiros de financiamento de dívidas, que estão longe de ser controladas, sem que se veja o retorno visível da sua utilidade pública, ou então os seus resultados são apenas minorias.

Assiste-se a um orçamento empolado da receita, que jamais possibilitará a execução de mais de 40% dos projectos inscritos, nas Grandes Opções do Plano. Não é um Orçamento de verdade, comprometem-se os projectos em execução, estruturalizantes para as freguesias, e aqueles que há tantos anos têm vindo a ser adiados, para se inscreverem novas obras que podem aguardar mais algum tempo.



Assim, nunca mais conseguiremos gerir o equilíbrio orçamental, tão necessário ao desenvolvimento equilibrado do nosso concelho, e em especial das freguesias. Queremos um orçamento realista e que faça justiça à freguesia de Maceira e às outras freguesias aqui representadas, potenciador do desenvolvimento integrado do concelho de Leiria.

É um orçamento que não condiz com muitas das promessas eleitorais deste executivo. Aqui tenho que fazer uma interrupção, na medida em que, depois do que foi aqui votado sobre a questão do Gabinete Técnico de Requalificação de Maceira, abstenho-me de falar sobre este assunto e nem sequer vou responder ao facto de terem sido feitos muitos ou poucos investimentos, porque a Maceira fica a aguardar, serenamente, as soluções que vierem a ser tomadas pelo Governo.

Por tal motivo, uma vez que no meu discurso iria agora falar no GTR, reservo esta questão para outra altura. Aproveito ainda para desejar a todos, votos de um bom ano e se pense um pouco na questão das diferenças entre os meios rurais e os meios urbanos. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor Deputado.

Dou a palavra à senhora Deputada Isabel Gonçalves.

DEPUTADA ISABEL GONÇALVES (PS)

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Hoje temos na ordem de trabalhos, a discussão das Grandes Opções do Plano para 2006, que é um documento que a Câmara submete à apreciação desta Assembleia e que inclui, as medidas de política e investimento, que em 2006, pretende concretizar.

As Grandes Opções do Plano, decorrem naturalmente do programa que este executivo apresentou a sufrágio, e deveriam consubstanciar com algum detalhe e objectividade, as prioridades definidas e não elencar apenas intenções.

Assim, é urgente passarmos das intenções aos actos, o que não tem acontecido, e isto é provado por exemplo, pelo agendamento sistemático do saneamento básico, que continua por concluir, apesar de constar sempre dos programas eleitorais deste executivo e das Grandes Opções do Plano dos anos anteriores. É também urgente



que o concelho de Leiria entre, numa trajectória de desenvolvimento e de prosperidade, que todos nós munícipes, ambicionamos e merecemos.

As Grandes Opções do Plano são apresentadas em três exíguas páginas, que mais não são que uma lista de intenção, de acções que a Câmara se propõe realizar. Este documento não é verdadeiramente, um documento descritivo e identificador das acções, obras e mudanças a concretizar, ou seja, um documento de opções políticas a levar à prática para o bem do concelho ou dos seus munícipes. É preciso haver uma séria inventariação de prioridades e de estratégias políticas, face aos recursos existentes e mobilizáveis. É necessário apostar-se fortemente no estabelecimento de objectivos e no cumprimento das metas temporalmente definidas. Deve atender-se ao facto de muitas vezes, a realidade poder alterar-se, o que impõe que não se fique pelas decisões de carácter global, mas que se atenda à diversidade dos problemas, das capacidades e das soluções. Registei com satisfação que, a Educação tem e passo a citar "como eleição fulcral a cobertura do concelho ao nível do pré-escolar e o melhoramento das instalações e equipamentos das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico" e pouco mais.

Espero, que este objectivo seja rigorosamente cumprido, mas não posso deixar de lamentar, que numa área tão importante como a Educação, o executivo apresente uma intervenção tão pouco ambiciosa. E pergunto:

Não há que implementar e fomentar, um apoio efectivo que combata o insucesso escolar? Não há que promover a ocupação de tempos livres, através de actividades programadas, para que as crianças continuem nas escolas, até os pais saírem dos empregos? Não há necessidade de promover actividades e guarda de crianças, durante as férias escolares, para que os pais possam desenvolver os seus ofícios, sem angústias e stress? E a educação para a saúde? A prevenção da gravidez na adolescência? A prevenção das doenças sexualmente transmissíveis? O desenvolvimento de acções de informação, sobre cuidados de higiene e comportamentos de risco? Acções de informação e divulgação sobre a toxicodependência e a SIDA? E também não é cada vez mais importante e necessário, procurar envolver os professores na detecção dos problemas de violência doméstica sobre as crianças, para que elas não continuem a engrossar a lista de vítimas graves e mortes?

E na área social?



Para quando a criação de um Gabinete de Apoio ao Munícipe, um gabinete que inclua um espaço específico de atendimento, apoio e informação às mulheres. E digo às mulheres, porque é a população mais fragilizada, mais sobrecarregada com a acumulação das tarefas de trabalhadoras, donas de casa, educadoras dos filhos, e quando há ascendentes/dependentes, também são elas que acumulam as funções de tratar deles. E porque não este espaço especificamente para as mulheres, se elas são as maiores vítimas de violência doméstica, o maior contingente de desempregadas, o maior número de iletradas. E as famílias monoparentais, que são maioritariamente constituídas por mães, são também as famílias onde encontramos maior pobreza. Estas e outras mulheres, têm grande necessidade de apoio na resolução dos seus múltiplos problemas. E para quando uma casa de acolhimento temporário, para mulheres, vítimas de violência doméstica, e para crianças em risco?

Todos sabemos, que Leiria é uma zona geográfica de grande incidência de violência doméstica, e que necessita de um urgente serviço de apoio às vítimas, para combater este flagelo.

E falando dos idosos, para quando um apoio digno e multidisciplinar, aos idosos? Para quando, a criação de um espaço multimédia, que vise proporcionar à população em geral, mas aos seniores em particular, o contacto com as vias do conhecimento, através da informática e da Internet. Um espaço que contemple uma biblioteca e um lugar para leitura.

Sobre as Grandes Opções do Plano, muito teria a dizer, muitas ideias me assaltam, mas fico-me por aqui.

Senhora Presidente, acredito que é uma mulher sensível e capaz de abraçar causas, no entanto, as suas Grandes Opções do Plano e o seu Orçamento, não reflectem essa vontade. Acredite que tenho pena, principalmente porque sei, a senhora Presidente sabe e todos nós sabemos, que muitas das iniciativas sociais que aponte, e que devem ser dinamizadas pela Câmara, não serão forçosamente a custas exclusivas da Câmara. Na área social, como em qualquer outra, é necessário investir capital, mas fundamentalmente ter ideias, querer aplicá-las, criar objectivos e lutar por cumpri-los. E para que o desenvolvimento aconteça, não podemos perder de vista as pessoas, porque elas são a nossa melhor riqueza e devem ser a razão principal do nosso trabalho.

Minhas senhoras e Meus Senhores, a todos, os meus votos de um feliz Ano Novo. Muito obrigada.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Deputada.

Tem agora a palavra o senhor Deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Em primeiro lugar gostaria, com frontalidade democrática, manifestar o meu desapontamento pela estrutura e conteúdo do documento introdutório “Grandes Opções do Plano 2006/2009 e Orçamento de 2006”. Como já foi dito, é um documento demasiado vago, por vezes reduzido a lugares-comuns, sem que nele se vislumbre uma estratégia concertada para o Concelho de Leiria. Era possível fazer melhor do que este simples cumprir de tarefa. Seria também, neste tipo de documentos de orientação que e agora cito “a nova etapa, de renovada motivação, determinação e empenho” se deveria fazer sentir.

A título ilustrativo, gostaria de aqui referir, o preocupante problemas das periferias urbanas de Leiria:

A declaração genérica dedicada às questões de índole social que preenchem sete linhas da página três, não reflecte a premência de actuação municipal nestes aglomerados periurbanos, em constante crescimento, por via da chegada a Leiria de novos habitantes, como é constatável pela simples observação dos últimos censos.

Se é verdade que tal trabalho deverá estabelecer redes de solidariedade e parcerias com IPSS e outros organismos desconcentrados, como é apontado, existem, a montante, necessidades estruturais que competirão, essencialmente, à Autarquia atenuar. Refiro-me, por exemplo, à melhoria do espaço público, à disponibilidade de transporte colectivo, à instalação de equipamentos de apoio à Juventude e, também, a serviços de fomento da integração. É justo, que se diga que alguns passos têm sido dados dos quais destaco, a recente acção no Bairro Sá Carneiro ou a parceria desenvolvida entre a Câmara e a Associação de Pais da Escola EB1 da Quinta do Alçada, talvez o fragmento urbano que mais ostenta a problemática de periferia, quer pela sua dimensão, quer pela estrutura da sua população.

Esta é uma questão que não podemos ignorar. Ainda recentemente, os exemplos de França, nos alertaram para os perigos da exclusão e da desumanização deste tipo de zonas. O exemplo da Quinta do Alçada é paradigmático: enorme densidade populacional, pequenas comunidades de origens diversas, inexistência de coesão social interna, falta de identidade e de relações consolidadas de vizinhança,



sentimento de insegurança, espaços de convivência degradados, rede de transportes urbanos insuficiente, nomeadamente depois das 18 horas e aos fins-de-semana, edifícios sem manutenção adequada, arruamentos mal cuidados, enfim, quase que o podemos chamar “um não lugar”, ele próprio periférico em relação à sede da freguesia de Marrazes. Sem qualquer alarmismo demagógico, existem ali problemas e indícios de um comportamento suburbano emergente que, dia a dia, vão crescendo e aos quais é preciso darmos a máxima atenção. É importante, integrar e incluir as periferias no contexto da cidade, em nome da coesão social do Concelho, da dignidade de acolhimento humanizado, antes que seja tarde demais.

Mais do que uma crítica, espero que entendam esta minha intervenção como um apelo, para o qual é preciso encontrar consensos alargados e acções pragmáticas .

Os representantes do Partido Socialista nesta Assembleia, estarão disponíveis para ajudar a encontrar as melhores formas de operacionalizar e priorizar este objectivo. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A seguir tem a palavra o senhor Deputado Vitorino Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Estamos hoje a discutir nesta Assembleia, o orçamento municipal e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2006, apesar de não nos terem sido intencionalmente entregues elementos essenciais para a sua discussão, e para que nos pudéssemos debruçar com maior conhecimento sobre o mesmo.

Assim em 2 de Dezembro de 2005, solicitámos através de correio electrónico e carta registada que nos fosse entregue, para análise consciente do orçamento, os seguintes documentos:

1. . Posição orçamental da receita e despesa a 30 de Novembro, ou pelo menos a 30 de Outubro;
2. Balancete das Grandes Opções do Plano à mesma data;
3. Orçamento da receita e das Grandes Opções do Plano para 2005;

Não recebemos qualquer resposta ao que foi solicitado, em perfeita violação com o nosso Regimento, com o Estatuto do Direito de Oposição – Lei n.º 24/98, com a Lei n.º 169/99 e com o artigo 4º da Lei 27/99 – Lei da Tutela Administrativa.



Somente em 27 de Dezembro, nos foi enviado um relatório financeiro, e mesmo este, sem o respectivo suporte técnico, isto é, fomos inibidos, por culpa do executivo camarário, de estudar com cuidado o Orçamento e apesar de tal atitude, querem que o votemos.

Este é sempre o momento para olhar o futuro com horizontes mais amplos, aproveitando para balancear também as escolhas e as opções de fundo que, no passado recente, foram tomadas.

Os documentos hoje em discussão, partem do pressuposto que, como temos ouvido com insistência, os condiciona. Uma evidente perda de receitas, pese embora o empolamento feito, que nos apresenta um enorme aumento das mesmas, mas que todos nós sabemos que não terão o mínimo de possibilidade de serem realizadas, e que ali são colocadas, para disfarçar a impossibilidade de o executivo realizar no ano que aí vem, qualquer investimento importante em áreas como a cultura, ambiente, Centro Histórico de Leiria, saneamento, etc. E é o próprio relatório financeiro apresentado pelo executivo, que nos diz que as receitas previstas neste orçamento, são uma descarada mentira. Então vejamos:

Neste relatório, reconhece o executivo que a partir de 2003, as receitas têm vindo a cair sistematicamente. As de 2005, face ao que ele nos mostra, também caíram, mormente as de capital, na ordem dos 70%. Ora, todos nós sabemos, que a situação económica do país, e do nosso concelho, infelizmente, é má e que nos próximos dois anos deverão piorar, e apesar de tal, e com a maior desfaçatez, o executivo, que invoca uma diminuição acentuada da receita nos últimos anos, e face à situação económica existente propõe, um aumento de receitas na ordem dos 128%. É obra!

Nós diremos, é uma atitude despudorada. No entanto, valerá pouco a pena, discutir ou dramatizar esta situação, interessando mais saber se, neste quadro de drástica redução, o orçamento consegue dar resposta às questões fundamentais, que afectam os municípios.

Quanto a nós, Bloco de Esquerda, a resposta hoje ensaiada é insuficiente e falseada e estamos aqui para defender tal opinião e pôr algumas questões sobre as opções tomadas. Em primeiro lugar, consideramos que este é um orçamento de continuidade com os últimos oito anos, o que o liga de forma indubitável, a um outro passado mais remoto. É um orçamento para o passado e não para o futuro. Não vai investir quase nada porque não vai ter dinheiro e só com os empréstimos, tem um encargo anual de mais de um milhão e trezentos mil contos. Mas que empréstimos?



Para o faraónico e megalómano Estádio, que o Tribunal de Contas estima que o custo global será mais de dezasseis milhões de contos, e que se celebrizou para nossa vergonha, no maior desvio face aos valores adjudicados, de três milhões e duzentos mil contos. E no custo efectivo mais elevado depois do Estádio de Braga, que poderá custar diariamente, em despesas de manutenção, a módica quantia de dois mil contos.

Para a Leirisport, cujo contrato com a SAD do União de Leiria consagra, na opinião do Tribunal de Contas e nossa, como é obvio, em termos financeiros, uma partilha de ristes equilibrada, a favor da SAD do União de Leiria, para pagamento da derrapagem na a construção da nova ponte, em mais de 30%? Não sabemos.

Do total do orçamento, apenas 24%, são destinados ao investimento, que não sabemos se para o passado, se para o futuro. Dos previstos vinte e cinco milhões de contos, só cerca de seis milhões de contos é que são investimento. Ora, a verdade, é que as receitas vão ser pelo menos, e estamos a ser muito optimistas, menos 50% do que o previsto, e assim sendo, que despesas é que se deixam de fazer?

As despesas correntes são pouco elásticas, têm que se fazer sempre, logo, e obviamente, são as de capital que se deixarão de fazer. Por outras palavras, praticamente não haverá qualquer investimento no ano de 2006.

Projecta-se realizar, com a venda de bens de investimento a quantia de cerca de quatro milhões de contos. Mas que bens? Edifícios? Terrenos rústicos ou urbanos? E quais? E que valores foram estimados para cada um deles? É claro que, sem sabermos estes dados, não podemos nem nós nem ninguém, com o mínimo de consciência, votar este orçamento, poderá correr-se o risco de venderem bens com os quais não estamos de acordo, ou por um preço que nós entendemos que não devem ser vendidos. Mas para isso, é necessário que nos dêem esses dados. Não podemos votar no escuro, não foi para isso que as pessoas votaram em nós.

Em suma, queremos aquilo que, pelos vistos, o executivo, teima em não dar – transparência. E como as receitas vão ser muito longe das previstas, quais são as despesas que sofrerão corte? As correntes, dificilmente poderão ser cortadas, logo, sobram as de capital, as de investimento, as despesas com a educação, com as acessibilidades, com o desporto e com o saneamento. Sem sabermos as prioridades, como querem que votemos neste orçamento? Não podemos, nem devemos.

E os activos financeiros, são para pagar o quê? Será dinheiro para a empresa municipal Leirisport? Também não nos dizem. E as transferências para as Juntas de



Freguesia, foram feitas em que base? Onde estão os protocolos para podermos avaliar o movimento?

Pensamos, que a crise instalada obrigaria esta maioria a uma outra resposta, mais estruturada e mais audaz, a um rasgo que, mais que rearranjar os números permitisse um novo rumo para o Município, e esta afirmação, ganha corpo quando se verifica que a prioridade na área social, na área cultural e na educação não é forte.

A segunda razão, prende-se com a primeira, não existem opções de fundo que enquadrem as escolhas que são feitas. Seria bom que ficássemos todos a perceber onde queremos chegar, num horizonte largo por exemplo, com a política cultural do Município, com a educação, com o investimento na indústria e no turismo, mas tudo é vago e repetitivo.

A terceira razão, poderia ser a primeira, porque a ordem dos factores é aqui relevante e é a diminuição que sofrerão alguns investimentos prometidos pela Câmara, no saneamento básico, no Centro Histórico, no plano urbanístico e na educação. Todos os candidatos fizeram questão de sublinhá-los durante a campanha, mas agora, espanto, nada se diz sobre eles, já nem falo do PDM, que esse parece quase esquecido. Talvez na próxima campanha, se torne a ouvir falar da falta que esses instrumentos fazem. Neste quadro, a existência de um plano plurianual, é um exercício de retórica e as baixas taxas de execução dos anos anteriores, estão aí para reforçar esta ideia.

A quarta razão, prende-se com a empresa municipal. A Assembleia Municipal de Leiria, sabe bem que o Bloco a considera um engano monumental, não vou agora repetir as críticas. Os relatórios do Tribunal de Contas, continuam a dar-nos razão, mas o erro persiste e nós continuaremos a contestá-lo.

Por estas razões, não poderemos dar apoio a este orçamento, e entendemos mesmo, que deverá ser adiada a votação deste orçamento, por não dispormos nós, Deputados Municipais, de dados suficientes para sabermos o que vamos votar.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor Deputado.

Tem a palavra o senhor Deputado Leonel Costa.

DEPUTADO LEONEL COSTA (PSD)

Boa noite a todos.



Enquanto ouvi as diferentes opiniões colocadas aqui, reflecti sobre uma pequena questão, de tudo o que foi colocado. Fiz por isso aqui um pequeno resumo, porque não trouxe o trabalho de casa preparado, como não sou político, tenho que colocar esta questão numa perspectiva empresarial e numa questão de lógica.

Julgo que o nosso país, terá que pensar definitivamente e esta Assembleia tem que perceber que não pode andar aqui a discutir questões políticas constantemente, mas sim, perspectivar, o interesse dos cidadãos. E chegámos à conclusão, que o trabalho que esta Assembleia que o povo decidiu nomear, que foi a Assembleia que hoje é composta pelo PSD e PS, não fazem nada de jeito, portanto são uns incapacitados.

Gostaria pois, de reflectir no seguinte: Continuamos a cada momento a criticar, criticar é fácil, dizer mal é fácil, julgo ser de muito mau tom, o comportamento que a Assembleia tem, na perspectiva da oposição, quando só critica e não coloca à Assembleia, questões concretas e objectivas. Porque nós só podemos construir em qualquer situação, se tivermos situações concretas e objectivas, ou seja, qualquer empresa só pode ser gerida, com situações objectivas. E o que se tem vindo a notar, nesta Assembleia, é que se critica tudo mas não se colocam objectivos concretos. Fala-se de que as actas estão mal, fala-se que a ribeira dos Milagres está mal, fala-se de lisura, mas a lisura deve estar de ambos os lados, e não se apresentam situações concretas.

Sou de opinião que, com mais educação e com uma perspectiva diferente daquilo que é o comportamento e a necessidade das pessoas, que devemos ser mais pragmáticos e menos teóricos, porque se continuarmos a viver de teorias, não construímos nada. Se a Câmara, ou uma empresa tiver que estar à espera de tomar determinadas decisões para que avance, esse processo não avança porque tem que consultar o povo e fazer um referendo. Não podemos continuar nisto. Ou temos capacidade para poder delegar numa Câmara que foi eleita e sugerir questões numa Assembleia, ou então acontece às Câmaras o que acontece às empresas. Portanto, temos que perspectivar uma Câmara como uma empresa e uma empresa só é rentável se trabalhar, se produzir e se for dinâmica.

Como cidadão, gostaria que os senhores em vez de criticarem, apresentassem situações concretas, para que não percamos tempo e julgo serem válidas as opiniões de todas as pessoas, para que se possa construir.

Relativamente à questão do PDM e só para dar um pequeno exemplo.



O exemplo do PDM, na minha opinião, é um exemplo de daquilo que todos somos aqui nesta Assembleia e incluo-me porque todos devemos ter uma maior responsabilidade como cidadãos e cooperar de uma forma diferente para que esses problemas se resolvam. Mas nós não resolvemos, nós falamos e não vamos actuar à prática, andamos constantemente a tentar ultrapassar as situações com histórias teóricas. Portanto como não sou político, gostaria de continuar a vir aqui, de poder ter uma atitude mais profissional e mais ética e não criticar tanto porque vejo muita crítica e pouca construção e dá a impressão, peço desculpa à senhora Presidente, que foi mal eleita porque tudo o que faz está mal.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A seguir tem a palavra o senhor Deputado Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Azoia.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Azoia)

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimos senhores Vereadores, Senhores Deputados, restantes colegas e público aqui presente.

Quando foram as comemorações do 25 de Abril, tive oportunidade de usar a palavra e no uso dessa palavra, referi, a importância do Poder Local. E relativamente ao Poder Local, registei com agrado a importância que esta Câmara Municipal, no mandato anterior, atribuiu às freguesias, nomeadamente através de uma norma e de uma prática que daí para a frente continuou e que me agrada, que foram os protocolos de delegação de competências.

Quero congratular-me com a renovação para 2006 dos protocolos anteriores e de mais alguns, para todas as freguesias. Quero dizer que, com estes protocolos, as Juntas conseguem mais autonomia, as Juntas que não têm qualquer receita própria conseguem ter a possibilidade de ter, ou trabalhadores, ou ter alguma verba para mandar executar os serviços, que com mais rapidez, com mais eficácia e com menos custos se servirá melhor a população. Quero portanto saudar a Câmara, no sentido de continuar a apostar nos protocolos, no entanto, penso e julgo que pensarão assim todos os meus colegas, que esses valores dos protocolos são, face às necessidades



que ainda existem nas freguesias, relativamente baixos, todos gostaríamos de ter protocolos com valores muito mais elevados.

De qualquer maneira, há aqui um esforço por parte da Câmara, e é importante dizer que também relativamente à atribuição desses valores, penso que a Câmara trata as Juntas por igual, e não faz de facto discriminação, entre as Juntas que são de um partido e as Juntas que são de outro partido. Julgo que algumas Juntas do PSD eventualmente até se sentirão lesadas, como é o caso da Azoia, comparativamente a outras, também não têm aquilo que eu gostaria de ter. Contudo o que me interessa aqui registar, é de facto o método que a Câmara utiliza, dos protocolos de competências, porque penso que os cidadãos é que sairão mais beneficiados, porque as Juntas vão ter alguma autonomia e têm alguma capacidade de responder aos cidadãos, de forma mais eficaz. Muito obrigado

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra o senhor Deputado Carlos Luso.

DEPUTADO CARLOS LUSO (PSD)

Boa noite!

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, distintos colegas, digníssimos representantes da Imprensa.

A minha vinda aqui tem a ver com questões de ordem técnica, não tem a ver com questões de ordem política, porque a maioria das intervenções, hoje, têm sido, normalmente políticas. Ora, parece-me que a intervenção de há pouco do Deputado Leonel Costa, tem a ver com um desafio que colocou a esta Assembleia.

Era que nos interessássemos mais pelos habitantes do concelho, pelo próprio concelho e pelo desenvolvimento das freguesias, dando todos as mãos nesse contexto, do que falar politicamente, porque dá ideia que afinal tudo o que se faz, efectivamente não tem qualquer tipo de valor. E foi nessa perspectiva, que me dirigi aos elementos relativamente à Assembleia Municipal e a quem elaborou este relatório, no sentido não de ver propriamente o relatório mas as contas, porque julgo que era importante saber a qualidade que estava associada às respectivas contas e por isso me admiro, que o Deputado Vitorino Pereira tenha pedido elementos à Câmara e não os tenha obtido, quando eu por telefone e por contacto directo os



obtive quando necessitei deles e não me parece que haja discriminação nisso. No entanto, quero-lhe dizer o seguinte:

Eu tenho estado profissionalmente, como os meus cabelos brancos indicam, imensas vezes, ligado ao orçamento e acontece que profissionalmente tenho esta vertente, ou começo os orçamentos pelos custos ou começo pelos proveitos. Ainda não encontrei maneira, quer no Ministério das Finanças, quer na comissão de organização contabilística, quer nas instituições a que estou ligado, de fazer orçamentos de outra forma. E portanto, parece-me que a pessoa que elaborou o plano, teve em vista as decisões que o Governo, através do Orçamento do Estado, colocou às Câmaras, não dar qualquer tipo de rendimento, em termos de diferença, relativamente ao exercício anterior, o POCAL é bem claro sobre regras de receitas em termos de finalidade, e portanto pareceu-nos que relativamente aos aumentos da própria despesa pareceram razoáveis, nos fornecimento dos serviços externos havia que considerar o aumento do IVA, uma vez que não há IVA dedutível, 19% para 21%, o acréscimo é praticamente esse, relativamente aos encargos sociais, toda a gente sabe que foram aumentados de 10% para 13%, ou seja 30% relativamente aos encargos das Câmaras Municipais e por consequência, havia que ter em linha de conta os gastos com o Pessoal, considerando as promoções de carreira. E nesse contexto posso considerar e dizê-lo aqui a esta Assembleia que, as contas foram extremamente bem elaboradas, pelo menos com algum rigor, com algum critério, o que me parece de louvar em termos contas públicas.

Há muitas pessoas que penso que não terão conhecimento pleno, por exemplo, de que porventura não se podem fazer arrecadações de receitas, se não estiverem devidamente orçamentadas. Tenho sido confrontado várias vezes com essa situação, de colocar nos orçamentos receitas que na dúvida, é por isso que são orçamentos, são estimativas, são ou não conseguidas, sabendo-se que se não estiverem no orçamento, é que de forma alguma podem ser conseguidas.

Aquilo que desejava dizer a esta Assembleia, é que pela observação que fiz, tendo em conta que o Governo colocou e bem dada a situação do país, uma regra que foi pôr em risco um dos princípios contabilísticos geralmente aceites, o da independência na questão do POCAL, que é não estar sujeito aos financiamentos do Orçamento do



Estado. Dada a situação do país, penso que todos conhecemos aquilo que está legislado, em termos de dar subsídios às Câmaras ou fazer transferências para as Câmaras Municipais, iguais ao ano anterior, o que quer dizer que, a inflação esperada não se faz sentir nos orçamentos. E nesse contexto, posso aqui afirmar publicamente que, dou o meu aval e o meu voto favorável ao orçamento que está hoje em discussão. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O senhor Deputado Carlos André pediu para usar a palavra na defesa da honra, para o que, segundo o Regimento, tem três minutos.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Nem tanto senhor Presidente, é apenas para esclarecer uma coisa.

Estão aqui a ser ditas coisas, em relação às intervenções, que só podem ser as que foram tidas pelos representantes do Partido Socialista e portanto, temos que clarificar aqui uma questão, nomeadamente em relação a esta última intervenção, no início, e em relação à intervenção do senhor Deputado Leonel Costa.

São três esclarecimentos muito rápidos e com isto fica a nossa honra também saldada.

Primeiro, todos nós aqui somos políticos, senão, não nos tínhamos candidatado e somos políticos em partes iguais, todos, com o mesmo direito.

Segundo, nós não podemos fazer propostas de alteração ao orçamento nem ao plano, resulta da própria lei e portanto, nós só podemos aprovar ou reprovar, não podemos fazer propostas concretas.

Terceiro, as nossas intervenções tidas até ao momento, traduziram-se em perguntas e em pedidos de esclarecimento concretos, e isso foi feito a pensar nos munícipes, tal como os senhores eventualmente o fazem. Mas é um direito que nos assiste e estamos a cumprir o mandato que nos foi confiado pelo voto popular.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra o senhor Deputado José Augusto Esteves.



DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Presidente da Câmara, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores Vereadores.

Eu certamente, sou também daqueles que assumindo a nossa posição, o nosso estatuto de oposição, que terão que necessariamente ter uma atitude crítica para com um orçamento, com o qual não estamos de acordo. E portanto, não vejam nisso menor consideração, nem pela maioria nem pelas pessoas que fizeram o orçamento e o programaram. É uma natural, não é do contraditório de forças políticas, que estão no espaço público e que estão na intervenção democrática, a traçar armas, neste caso no sentido de apontar caminhos e alternativas, em relação ao próprio concelho. Independentemente de perceber e ter em conta as opiniões que aqui foram expressas, sempre, certamente, também com boa intenção, mas que não podemos acompanhar naturalmente.

Em relação ao orçamento e às grandes opções do plano, gostaria de dizer que este plano que o executivo nos apresenta, para 2006, é em primeiro lugar um plano muito pouco credível. E é pouco credível porque não corresponde à real capacidade de execução do Município. Mais de metade da despesa do plano, tem dotações fictícias, porque as receitas previstas estão muito aquém daquilo que é possível realizar. Quem passou os olhos no relatório financeiro que nos foi entregue, verifica que, a 30 de Novembro, a receita total acumulada era de 5,8 milhões de euros, perfazendo um saldo, que transitou da gerência de 2004, um total de 52,7 milhões de euros. A Câmara apresenta-nos um orçamento e um plano, que mobilizam para a sua execução, 126 milhões de euros. Que credibilidade pode ter um orçamento, que mais do que duplica as receitas, era bom que a Câmara explicasse, como passa de 2,9 milhões de euros de receita de rendimentos de propriedade, receita corrente em 2005, neste caso relativos a Novembro, para 46 milhões em 2006, para não falar dos cerca de 43,7 milhões de receita de edifícios e bens de domínio público. E nas receitas de capital, passa de 154 mil euros, referente à venda de bens de investimento em 2005, para 20,3 milhões de euros. É claro que o senhor Deputado Gomes Luso dirá, que é a receita expectável, eu sei que terá muito boa vontade, é uma pessoa que não ponho em causa a competência, do ponto de vista técnico, mas é evidente que há aqui um empolamento em relação às receitas, que tem um determinado fim.



É provável que até expliquem, do que estamos a falar, para este aumento de receitas, portanto, era preciso que se explicasse porquê este aumento tão desmesurado de passar de 52,3 milhões de receitas para 126 milhões, onde é que vão buscar esta receita. E isto ali não está, digamos, claro, nem pode estar claro, não é explicado. É provável até que a senhora Presidente a vá explicar, só que ninguém acredita que seja possível obter tal receita e só pode acontecer em 2006, o que já se sabe que vai acontecer em 2005, um desvio de cerca de 57% da despesa de capital, Isto é, o plano tem um baixíssimo grau de execução, que pouco ultrapassa os 30%. O irrealismo deste orçamento e deste plano para 2006, está patente na comparação entre os valores do que está programado para 2006 com o que se executou nos últimos anos. Veja-se o presente ano: A dotação era de seis milhões de euros, o executado em 30 de Novembro, não chega a metade. Ninguém exige que a Câmara programe ao milímetro o plano e o orçamento, mas um orçamento com esta amplitude, permite de facto a existência de dois planos – o real, que a Câmara executa como muito bem entender, sem qualquer vínculo às prioridades e equilíbrios que resultam da decisão do órgão deliberativo, e o que aqui apresentam, o formal, que mais não é que o receptáculo de todas as ilusões e de todos os compromissos, muitos diga-se duvidosos a prioridade e a necessidade, tendo em conta os reais problemas do concelho. Plano este que, com o desfasamento que apresenta, apenas tem como função garantir o apaziguamento das contradições que se formam no seio da maioria.

Este, é o plano irreal, para gestão desses interesses, mas este não pode ser o nosso plano, o orçamento e o plano que devia definir, com o mínimo de rigor, as prioridades do investimento municipal. Mas se este orçamento e plano são pouco credíveis, no que se refere à sua efectiva possibilidade de execução, no que diz respeito à natureza das suas opções, ele não responde em muitos aspectos, às reais necessidades do concelho.

Dizem que é um plano de continuidade. De facto é! É o plano da maioria PSD, decalcado do anterior e que o CDS/PP passivamente aceita, depois de tanto ter criticado no passado. Um plano sem novidades e sem qualquer novo contributo que se veja. Plano de continuidade que repisa e repisa a prioridade ao saneamento, que aliás, davam praticamente como concluído neste último mandato, mas que a manter-se o actual ritmo de investimento, também não será ainda neste mandato, apesar



das renovadas promessas dos dois partidos da maioria, que se acabará por concluir a cobertura do saneamento básico no concelho.

É ver o plano plurianual de investimentos dos SMAS, 2006/2009, e fica-se com a certeza que a promessa é para adiar. E se a senhora Vereadora do CDS/PP tiver razão, isto é, que a cobertura do concelho como dizia, era apenas em Maio de 2005, 58% da população e 50% da área do concelho, com o investimento que propõem, menor do que no presente ano, então esse horizonte ficará ainda mais longínquo.

Mas é um facto, que a prioridade ao saneamento e à solução do problema da água, tem servido e serve para desculpar faltas de resposta e carências em outras áreas importantes da intervenção municipal. Mas nesta matéria, é bom que se vá também desmistificando estas muito empoladas prioridades. Na realidade, um orçamento de 126 milhões de euros, a transferência prevista, não a real porque é sempre inferior, para os SMAS, de apoio ao investimento, água e saneamento, e eu sublinho ao investimento, porque há outras transferências, é de 2,8 milhões de euros, para tão grandes e decisivas prioridades, convenhamos que é bom, num orçamento de 126 milhões.

A verdade, é que este orçamento e este plano, está longe de dar resposta aos problemas essenciais do concelho, e nas áreas em que o investimento municipal é mais substancial, as verdadeiras prioridades, no fundo, caso do Desporto, com 22,5 milhões de euros de investimento, quando se vai espremer aquela programação, sente-se uma certa frustração, porque deita muito pouco sumo.

Depois dos 16,6 milhões de euros da Leirisport, o que é que fica? Lá estão os velhos projectos de pavilhões, que eu conheço há quatro anos, e mais umas coisinhas que por ali andam, sempre de plano em plano. E a frustração faz sentido, porque o concelho de Leiria, tem hoje muitas carências nesta área. Já não falo no pavilhão, no parque desportivo dos Marrazes, que andam a falar dele há sete anos, e já nem falo também no conjunto de equipamentos desportivos, só aqui na periferia urbana, e agora conheço mais porque às vezes acompanho o miúdo e acompanho também o futebol juvenil, e a gente vê. é uma tristeza Leiria não ter. Tem os Marrazes com 250 miúdos na formação, tem o GRAP dos Pousos, também com um bom conjunto de jovens, temos a União também com alguns duzentos, não há sequer, um campo sintético de jogos para os miúdos. E depois vamos por aí, até ao Pilado, ali ao lado da Marinha, tem um relvado. É de facto um constrangimento, quando às vezes somos visitados por outras equipas, e que valem muito menos do ponto de vista do



seu concelho, vê-se que têm menos capacidades, e efectivamente não temos o mínimo condições para oferecer.

As actuais infra-estruturas desportivas estão muito aquém do nível de qualidade, que vamos vendo noutros concelhos. Em relação à segunda área mais dotada, o ambiente, com 13 milhões de euros, depois dos pagamentos à Valorlis e à STL o que é que fica? Dirão, o novo jardim da Almuinha, mas também não é verdade, não é para executar em 2006. A senhora Vereadora, responsável do Pelouro, disse que sim, falou até num investimento de 500 mil de euros para 2006, mas o que está no plano não é isso, o que está no plano são 170 mil. E portanto, com 170 mil euros, a senhora não vai fazer nada em 2006, por muito que afirme e que o diga. A menos que, neste momento, já se parta do pressuposto, que aquilo que é definido neste plano, não é para cumprir, nem nesta matéria.

Na zona urbana periférica, na realidade o volume de investimentos em relação à área do ambiente, pressuporia uma vasta iniciativa neste domínio, mas não é essa a realidade e pensamos até que, no que diz respeito à própria limpeza, que neste momento vemos que é mobilizada uma grande quantidade de verbas do orçamento, nem nesta matéria, hoje o serviço, responde como deve ser.

E penso até, que se vingarem algumas propostas que aí andam, o espaço para a iniciativa municipal, em relação a algumas áreas que são importantes desenvolver, não sei como é que as vamos desenvolver. Cada vez mais, o dinheiro é canalizado para a Valorlis, para a STL, e depois vai para as Águas do Mondego e não tarda, os munícipes pagam impostos e vão pagar com língua de palmo, um conjunto de serviços, e ao esmo tempo o Município não tem meios financeiros para poder desenvolver a sua programação.

Bom, mas em relação à requalificação urbana e ambiental, julgo que também é um elemento, que é muito negligenciado neste programa. A requalificação urbana e ambiental da periferia urbana, que envolve o território das seis freguesias da zona urbana e a outra freguesia que há pouco se falou aqui, o caso da Maceira, temos de facto considerado uma das prioridades da intervenção municipal, juntamente com a reabilitação e vivificação do Centro Histórico. Mas mais uma vez, este programa não dá resposta. Eu dou um exemplo, o caso dos Marrazes, vejam o que está no plano, a única verba de requalificação que está no plano, é uma verba para a requalificação



num bairro, por acaso é na Quinta do Bispo, onde eu moro, dezasseis mil contos, falando na moeda antiga. Ora, numa freguesia, que tem o crescimento que tem, que se conhece o que se conhece, é evidente que, é muito pouco o investimento, que é apresentado em relação a esta área.

Bem para dizer que este orçamento poder ser o orçamento e o plano da maioria, mas não será seguramente o nosso.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor Deputado.

Tem agora a palavra o senhor Deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PPD/PSD)

A questão está na ordem do dia.

Temos um orçamento e temos umas grandes opções do plano, o concelho tem que andar para a frente, temos que continuar a desenvolver a nossa terra. É isso que nós vemos nesta proposta de orçamento.

Vimos aqui um Deputado Municipal a solicitar a defesa da honra, escutámo-lo atentamente. Mas ouvimos aqui outro Deputado Municipal a dizer, que o orçamento cheirava a ranço. Não sei bem se este jogo de palavras – honra/ranço, não jogará com qualquer coisa de errado. Mas como estamos aqui para tratar de coisas sérias, de coisas que efectivamente interessam às populações, gostava, no seguimento do desafio que aqui foi feito, no sentido de surgirem propostas concretas. A legislação embora não permita alterar a proposta da Câmara Municipal, a legislação prevê que a Assembleia Municipal faça as respectivas sugestões. E portanto, o desafio que foi feito é que essa sugestões apareçam em termos concretos e a Câmara concerteza, se elas forem válidas, as poderá incorporar, dentro do espírito de abertura que tem demonstrado.

Mas precisando de uma forma muito clara aquilo que me traz aqui, é salientar dois aspectos que me parecem muito importantes.

Em primeiro lugar, é a aposta no reforço de mobilidade, em termos urbanos, no que respeita aos transportes públicos. A aposta no Mobilis, deve ser incentivada e é um desafio que faço à Câmara para que reforce esta aposta no Mobilis, que está a ter digamos, um considerável êxito junto da população e permite responder, exactamente a esta ligação entre as periferias da nossa cidade e também o seu centro.



O outro aspecto que queria salientar, tem a ver com o crescimento económico do concelho e que diz respeito aos parques industriais. É fundamental a existência dos parques industriais, porque isso permite a instalação de novas empresas e por via disso, a criação de mais riqueza, de mais crescimento económico e também, a cobrança de mais impostos que, aumenta por sua vez a receita. Esta aposta que a Câmara faz através da GestinLeiria, é uma aposta que me parece extraordinariamente importante.

Sobre o ponto de vista da descentralização de competências que aqui foi referido pelo Deputado e Presidente de Junta da Freguesia de Azoia, esta é uma aposta que deve ser prosseguida, deve ser continuada e também sobre esse ponto de vista queremos fazer esse sublinhado.

Há razões mais que suficientes, para que o Partido Social Democrata, vote favoravelmente este orçamento e portanto é isso que vai fazer com toda a certeza, dando aqui também à Câmara um sinal de responsabilidade da Câmara a partir do momento da sua aprovação, uma responsabilidade de não defraudar efectivamente o apoio que lhe é aqui dado, para que a concretização desses objectivos seja real e efectivo. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra o senhor Deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Boa noite a todos.

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

O CDS-Partido Popular não irá inviabilizar o orçamento, embora este seja, como já foi dito repetidamente, um orçamento de continuidade, logo na linha dos anteriores, e assim não passará a ser um orçamento que possa ter a anuência do CDS. Por outro lado, passaram apenas 2 meses sobre a tomada de posse, não podendo ser perspectivável uma influência clara dos nossos propósitos. Pelo que, por respeito para com o acordo efectuado para a governação do concelho, não inviabilizaremos como disse, este documento.

Gostaria também de fazer uma chamada de atenção para a necessidade de contenção, em termos de rubrica de Pessoal, onde aparece um crescimento de 20 % na massa salarial, o que na nossa opinião, terá que merecer um cuidado e um esforço de contenção por parte do executivo. Muito obrigado.



DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Era só para fazer uma declaração, que tem a ver com a própria votação e não queria que ficasse sobre isto qualquer equívoco. É uma declaração formal do Partido Socialista, que diz o seguinte:

Sempre nas Assembleias, têm levantado problemas relativamente às votações dos Presidentes de Junta, às vezes não há sintonia de posições entre os Presidentes de Junta e os eleitos directamente para a Assembleia. O Partido Socialista, certamente como o PSD e os outros grupos aqui representados, tem tido alguns em algumas diferenças de opinião sobre esta matéria. Nós queremos aqui deixar expresso o seguinte: Entendemos que os Presidentes de Junta, embora sendo eleitos em listas partidárias, representam aqui antes de mais, as populações das suas freguesias. E por isso, entendemos, que lhes deve ser reconhecida, a liberdade de votarem este orçamento e o plano, de acordo com a sua própria consciência e não em obediência a qualquer directiva partidária. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado pelo esclarecimento.

A senhora Presidente tem agora a palavra para dar as explicações que entender.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito obrigada senhor Presidente.

Em primeiro lugar, vou dar algumas notas sobre a forma como foi elaborado o orçamento.

O orçamento teve um primeiro formato tipo o orçamento prévio, foi enviado de acordo com o Estatuto do Direito de Oposição a todos os partidos que não fazem parte do executivo da Câmara, com o pedido que nos fossem apresentadas as sugestões e ideias relativamente ao mesmo documento. Poderão dizer que, não houve tempo de ler o documento todo, mas pelo que percebi, houve tempo pelo menos de ler a nota introdutória, e como aqui já foi referido, era muito pobre, não referia prioridades, não dava uma linha de rumo e portanto, mesmo que não tivessem tido tempo de ler toda a documentação e a descrição exaustiva das acções a levar a efeito, pelo menos, a nota introdutória teria dado azo a que fossem feitas sugestões. A verdade é que, não apareceu uma única sugestão, dos partidos da oposição. É importante que isto seja sabido. Foi pedida a todos os partidos, que não



têm assento no executivo, foi pedido ao Partido Socialista, ao Bloco de Esquerda, aliás o senhor Deputado do Bloco de Esquerda confirmou isso aqui, e foi pedido à CDU. Esta era uma nota que julgo que era importante esclarecer.

Por outro lado, a nota introdutória que é feita, poder-se-ia dizer que poderia ser mais rica do ponto de vista de conteúdo, mais orientadora, mas eu tenho a certeza de uma coisa, se ela fosse mais rica e mais orientadora, garanto-vos que não havia nenhum senhor Deputado, eventualmente poderia haver dois ou três, que liam as acções todas explicadas que aqui estão. Não tenho dúvidas nenhuma. A nota introdutória é exactamente, apenas, para orientar aquilo que são as linhas gerais, obrigando os senhores Deputados a ler o documento de uma forma exaustiva. Porque é na leitura do documento, que se chegam a conclusões, como já ouvimos aqui hoje algumas intervenções, dizerem que a educação representa uma determinada percentagem ou que o desporto representa outro tanto. É na leitura exaustiva do documento, que no fundo, aparecem verbas, aparecem prioridades, aparecem prazos, aparecem timings de execução do próprio plano. E portanto, não significa que não possa ser enriquecida e que não haja da nossa parte, um esforço no futuro, de fazer um documento com uma introdução mais orientadora e mais encaminhadora para o próprio documento, mas as prioridades são definidas na elaboração do próprio documento, porque é nas acções, uma a uma, que se percebe aquilo que é importante, as datas em que são feitas e o que é, no fim de contas, prioritário, basta fazer realmente a percepção do que é que vale cada uma das acções, do ponto de vista de conjunto. Isso pelo que percebi, já foi aqui feito.

A segunda nota que queria aqui fazer, tem a ver com o seguinte:

Isto é um orçamento e como tal, é uma estimativa, é uma previsão. É uma previsão e dizia há pouco aqui o senhor Deputado Carlos Luso, que as previsões fazem-se partindo de um lado ou partindo do outro e posso-vos dizer que, no que diz respeito às estimativas das receitas, há efectivamente dados objectivos. Poderão perguntar, será possível concretizar isto tudo em 2006? Pode não acontecer, mas é obrigatório que elas sejam previstas, porque caso venham a ser concretizadas, têm que ter a respectiva rubrica, com a respectiva dotação. E é o que acontece, nas verbas que aqui são identificadas como activos, no caso das receitas, em que aparece um valor de trinta e três milhões e quinhentos mil euros, que é o valor previsto para a venda do topo norte. Isto já aconteceu no orçamento do ano passado, é verdade, não veio a concretizar-se, mas era obrigatório que se concretizasse este ano, porque faz parte



dos objectivos do Município, do executivo, avançar com este objectivo de fazer a venda do topo norte e por isso mesmo, tem que ficar aqui o valor. Disso não tenham a mínima dúvida. Poderão questionar se o valor é correcto, mas é o valor a que se chegou através de uma avaliação, avaliação essa oficial, feita pela Câmara e que foi enviada, inclusivamente, ao Tribunal de Contas.

Os restantes valores, que podem causar mais confusão, que são as vendas dos bens de investimento, há efectivamente bens de investimento que têm condições de vir a ser transaccionado em 2006. É sabido, que a Câmara tem um terreno na Avenida Adelino Amaro da Costa, que nos foi cedido através daquele processo de construção dos Jardins do Lis e nessa sequência, é um bem que pode ser transaccionado, há um terreno no Vale da Cabrita, que tem uma dimensão significativa, que nos veio à posse na sequência do loteamento do Vale da Cabrita, que tem condições de ser transaccionado, não faz sentido virmos a ficar ali com terreno para pôr qualquer equipamento escolar, naquele sítio não tem sentido, e portanto é essa a intenção. Há a ideia de vir a fazer um concurso público para a transacção, mantendo no entanto a ideia de que aqui se manter um mercado mas para a rentabilização do equipamento onde nós estamos, já se percebeu que tem uma dimensão completamente desmesurada para ser um mercado municipal, concurso público esse que a seu tempo virá aqui a esta Assembleia, mas volto a dizer, o plano e o orçamento é um conjunto de intenções, e virá a esta Assembleia o objectivo de um concurso público, mantendo no entanto o objectivo de mercado, mas rentabilizar este espaço, sempre com o objectivo de encontrar uma solução alternativa para o Centro Associativo, que faz todo o sentido que continue a existir quer neste espaço quer noutra, e portanto, são estas as grandes rubricas de receitas, que podem ter feito confusão às pessoas. Poder-se-á dizer que, isto não é perceptível, porque na explicação que aqui aparece, não está lá explicadinho que isto é uma receita do topo norte, vem do mercado ou vem do terreno na Avenida Adelino Amaro da Costa, ou no Vale da Cabrita. É efectivamente uma lacuna e compreendo que possa ter feito alguma confusão às pessoas, mas aqui está a explicação que é dada, relativamente à estimativa que aqui é apresentada.

Relativamente às questões mais concretas que foram aqui colocadas, queria só dar algumas notas e começava por responder a algumas perguntas que fez o Deputado Carlos André, sendo que a primeira, tem a ver com a questão do PDM, que interessa julgo eu, genericamente a todos.



Existe um PDM em vigor e quando se diz que venha o PDM, parece que Leiria não tem um PDM. Tem um PDM e o PDM é um documento que tem lacunas, que tem fragilidades, que tem sobretudo ausências importantes, mas é um documento que está em vigor e que é um documento de ordenamento do território importante para os licenciamentos e para tudo o que é feito do ponto de vista de ordenamento do território. No entanto, entendeu-se a determinada altura, que o PDM estava com estas lacunas e que era importante fazer a sua revisão. Avançou-se para a revisão e devo-vos dizer, aliás disse isso quando apresentámos o primeiro plano de pormenor do programa Polis, que fazer planos de pormenor ou fazer alterações de PDM neste país, é efectivamente, o maior constrangimento que as autarquias têm.

É perfeitamente insuportável reunir não sei quantas pessoas para uma Comissão Técnica de Acompanhamento, em que cada vez que é feita uma alteração ou apresentada uma proposta, tem que reunir, que reúne e tem responsabilidades a nível da CCDR Centro, que está a rever simultaneamente cerca de oitenta e três PDM's, e portanto, a sua capacidade de resposta é limitadíssima, e isto é um problema, que é do conhecimento de vários governos e que nenhum governo conseguiu resolver até hoje. Porque, rever um PDM ou fazer um plano de pormenor, senhor Deputado Carlos André, é uma saga inimaginável, porque passa-se exactamente por isto. E nós andamos nesta saga desde que começámos a revisão do PDM.

Entendemos que neste momento as coisas estão-se a aproximar do fim, mas se o senhor quiser que lhe diga, se é para o ano que fica aprovado, eu faço votos para que sim, naquilo que diz respeito à Câmara garanto-lhe que fica, porque a Câmara tem feito tudo o que estava da sua responsabilidade. Neste momento, estamos ainda à espera, que seja confirmada a proposta de alteração de Reserva Ecológica, porque existe no país, uma Comissão de Reserva Ecológica, uma única a nível nacional, que tem como obrigação aprovar todas as propostas de alteração de reserva ecológica, que lhe são apresentadas, e que esteve um ano sem reunir, porque não havia Presidente daquela Comissão. Agora já há Presidente, já se fez uma reunião a propósito de um plano de pormenor, mas ainda não se fez a reunião, apesar de variadíssimas insistências, para aceitar a nossa proposta de reserva ecológica. Esta nossa proposta já foi aprovada pela Comissão que tem acompanhado, em termos



técnicos, mas tem que ter uma aprovação final pela Comissão Nacional da Reserva Ecológica. Isto é o que se passa no dia a dia, como disse é um processo do conhecimento dos vários governos, que sabem que isto se passa em todos os municípios do país, acho que é o maior constrangimento, provavelmente um constrangimento maior do que propriamente dito os constrangimentos financeiros das autarquias, porque é um problema muito grave. Por um lado, todos defendemos que devemos apostar na existência de instrumentos de planeamento rigoroso, mas a verdade é que não há nada que agilize a aprovação desses mesmos instrumentos.

Tenho alguma fé, confesso, é uma questão de fé, que este Governo, que este Ministro do Ambiente, que tem conhecimento exaustivo de tudo o que acabei de dizer, tanto mais que, ele foi coordenador dos programas Polis baseados em planos de pormenor e sabe, na prática, pelo que isto passa, e estou convicta porque, o senhor Primeiro Ministro, no encerramento do Congresso da Associação Nacional de Municípios, percebendo isso disse que isto era uma prioridade do Governo, encontrar uma agilidade para a aprovação destes planos de uma maneira geral, e portanto, da parte da Câmara está tudo feito, estamos à espera desta solução final de Reserva Ecológica e a partir daí, estou convencida, que em 2006, teremos condições para ir para discussão pública. Mas é preciso que as pessoas percebam o que se passa com estes instrumentos de planeamento.

Relativamente à questão dos parques empresariais.

Nós fazemos parte da GestinLeiria, que é uma empresa da qual fazem parte a AEP e o NERLEI, e estamos, neste momento, com uma prioridade que é o Parque Industrial de Monte Redondo. Está em fase bastante adiantada, estão já em fase de compras por acordo ou expropriações de terrenos, para avançarem as infra-estruturas. Consideramos que esse, apesar de haver outras prioridades, existe um estudo que podemos facultar a todos os Deputados, de quais são as prioridades da implementação de parques industriais através da GestinLeiria, no concelho de Leiria, é prioritário entendemos nós, também a existência de um parque industrial na Maceira, e está nesse plano a prioridade de todo o desenvolvimento dos parques industriais . Neste momento estão as energias focalizadas no de Monte Redondo, por



razões óbvias será o maior, é aquele que tem acessibilidades em construção que lhe vão dar grandes potencialidades e portanto é esta a prioridade.

Relativamente às iniciativas na área desportiva, que aparecem citadas, são sobretudo, na área do atletismo.

Foram anunciadas publicamente, em determinada altura numa conferência de imprensa, pelo senhor Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo, tendo em conta as potencialidades que Leiria tem, porque o nosso Estádio, não é só um Estádio de Futebol, é um equipamento polivalente e tem óptimas condições para a prática do atletismo. Temos cumulativamente a isto, um centro de lançamentos de grande qualidade, considerado e certificado a nível europeu, e portanto , os grandes eventos desportivos são sobretudo na área do atletismo.

Reestruturação e Modernização Administrativa, é uma nota importante.

A Câmara investiu nos últimos anos, desde que a presidência da Câmara é da minha responsabilidade, em termos de equipamento informático, hardware e software, para agilizar procedimentos, para permitir um melhor acesso ao cidadão, para poder ter uma resposta mais rápida, gastou cerca de oitocentos mil contos. Foi um esforço financeiro muito grande e que continuará a ser, é preciso que se note que há oito anos a Câmara de Leiria tinha, salvo o erro, cinco computadores, era para processar os vencimentos, era para fazer a introdução das notas contabilísticas e não passava disto. Portanto há uma evolução muito grande, toda a gente trabalha com informática neste momento, temos correio electrónico, estamos avançadíssimos e somos reconhecidos pelo próprio Instituto da Administração, como sendo uma Câmara avançada a este nível. O que pretendemos é dar continuidade a todos estes projectos, com uma grande vantagem, que é o facto de estarmos integrados no projecto Leiria - Região Digital, que tem uma abrangência superior ao Município de Leiria e portanto abrangido por esse projecto, estão-se a introduzir novos programas, muitos deles ligados à ideia do contacto informático, através de casa, para as pessoas poderem consultar os seus processos sem terem que se deslocar à Câmara, ou seja, agilizar procedimentos a este nível. Está uma série de coisas em andamento, que tem a ver com a modernização administrativa.

Relacionamento com o associativismo desportivo.

Evidentemente como é sabido, nós temos um relacionamento com o associativismo desportivo juvenil, baseado em instrumentos objectivos, que são considerados exemplares também a nível nacional. E é no fundo, através destas coisas que nos



vamos projectando, não tenham dúvidas nenhuma, porque vêm Câmaras de diversos sítios do país, pedir-nos informações sobre o modo como estamos a aplicar o chamado PAAD – Plano de Associativismo Desportivo e Plano de Associativismo Juvenil, porque permite com dados objectivos, todos os agentes desportivos que se querem candidatar, saberem à partida as regras do jogo. Ou seja, acabou de vez, a atribuição de subsídios arbitrários, de acordo com a cor do clube ou do Presidente da Direcção, ou das pessoas que lá praticavam desporto. Isto vai continuar a fazer-se, enriquecendo, envolvendo sempre a chamada sociedade civil, que neste caso tem ligações objectivas ao Desporto, para poder vir a ser melhorado. Portanto, é esta a lógica de funcionamento e penso eu que, maior transparência e maior clareza é difícil haver.

Uma nota seguinte, relativamente à intervenção do senhor Deputado António Febra. Eu abstenho-me de responder a algumas considerações que o senhor fez, mas há uma coisa que tenho que responder. Faz exactamente um ano, na Assembleia Municipal de Dezembro, foi aprovado um protocolo de delegação de competências, para que a Junta de Freguesia de Maceira levasse a efeito a obra do mercado, que é um Mercado Municipal, mas que a Junta de Freguesia entendeu, que teria condições, para fazer pelos seus meios. Isto foi um problema na altura muito discutido, até que ponto é que se deveria dar possibilidade a uma Junta de Freguesia de fazer um investimento daquela ordem de grandeza, mas por grande pressão e por grande vontade demonstrada pelo senhor Presidente e pelos elementos da Junta, a Câmara entendeu que poderia fazê-lo. E fez, um protocolo de delegação de competências, estamos a falar há um ano. Portanto, se isso não aconteceu, nenhuma obra no Mercado da Maceira, a responsabilidade da Câmara é zero. Agora, uma coisa é certa, a partir do momento em que nós fazemos delegações de competências nas Juntas de Freguesia, é obrigatório que as Juntas de Freguesia cumpram a legislação em vigor. E quando estamos a falar de uma obra de uma determinada dimensão, ela tem que ser feita através de concurso público e não haverá qualquer tipo de contributo ou ajuda da parte da Câmara se não forem cumpridas as regras, quando se fala de uma obra com uma dimensão como é a do Mercado da Maceira. O protocolo continua a existir, está em vigor e portanto, o que eu apelo à nova Junta de Freguesia da Maceira, é que faça o mercado, porque o concurso público ainda não está na rua e demora, mesmo agilizando todos os procedimentos, cerca de seis meses e o dinheiro



que está no plano, garantidamente, vai dar e sobrar para o senhor avançar com a obra.

Há aqui uma nota do ponto de vista genérico, que eu queria deixar, que tem a ver com alguma confusão, que eu percebi de algumas intervenções, naquilo que são as competências das Autarquias e as competências governamentais. Houve algumas observações que foram feitas que são claramente competências do Governo, na área social, muito na área da saúde, são competências do Governo. Não quer dizer que a Câmara não seja parceira e tem-no sido, mas são competências claramente do Governo, não devemos ultrapassar aquilo que são as competências do Governo, nem podemos aceitar cada vez mais as competências que nos são transferidas, sem os respectivos meios financeiros. E nessa área, que aliás o Deputado Pedro Biscaia aqui referiu, na área social, tem-se feito muitos projectos, com grande qualidade e com grande sucesso, e volto a dizer, é uma área que nunca está completa nem está terminada, porque é uma área de constante intervenção. Queria dar a nota de que não só na Quinta do Alçada, em que o exemplo com a Associação de Pais é um bom exemplo, mas, com a existência de uma ludoteca, de apoio aos jovens, em que têm um apoio não só didáctico e pedagógico mas também de ocupação de tempos livres. Está a acabar de ser remodelada, porque funcionou durante muitos anos numas instalações alugadas, com grande sucesso, precisamente porque percebemos que é um bairro com umas características muito próprias que precisa de todo esse investimento, neste momento essa ludoteca tem umas instalações novas, está a acabar de ser equipada, e nessa altura quando estiver terminada de equipar, transfere-se das instalações alugadas para umas instalações de grande qualidade. Bem como, os vários programas no Bairro Sá Carneiro, um bairro com dificuldades, com problemas, que continua a ter, mas cujos programas que têm sido levados a efeito, têm tido resultados práticos muito objectivos, que são sentidos muito nas integrações, nomeadamente quando entram no ensino básico, ou seja, sente-se que há uma melhoria em todos os miúdos que são acompanhados pelos programas do Bairro Sá Carneiro. Estes programas são dedicados não só aos jovens mas também à população adulta, muito dedicados às mulheres, em acções de formação do tipo como gerir a casa, tão simples quanto isso mas que é muito importante como é sabido, em populações descompensadas, dar-lhes ensinamentos de funções complementares, bordados, etc.



Temos também uma intervenção muito importante que, aliás, foi levada a efeito durante uns anos pelo Clube Académico, com grande sucesso, no Paulo VI, com grande efeito prático que se sentiu, quando as crianças foram para a escola.

E portanto, dizer isto tudo numa nota introdutória, não é possível. Agora, muitas destas coisas que acabei de referir, estão explicadas nas acções concretas, descritas no documento subsequente.

Só mais uma nota, em relação à questão da cultura, que foi aqui falado.

Há um investimento grande na área da cultura. Investimento esse que se traduz na realização de infra-estruturas. Foi aqui referida a questão do Moinho de Papel, é evidente que é um projecto Polis mas é uma infra-estrutura que fica para a cidade e portanto, não vamos dizer o que o Polis tem de mau quando aquilo não interessa e não valorizar o que o Polis tem de bom quando não dá vantagem nenhuma. Mas há continuidade na área da animação, na área da programação, quer para os equipamentos já existentes quer nas freguesias, há um apoio previsto de actividades culturais nas freguesias, é bom que as nossas freguesias comecem também elas próprias a ter iniciativas culturais, e há um investimento muito significativo, na remodelação do Teatro José Lúcio da Silva.

Já agora gostava de contar, porque isto é bom que se saiba tudo, que quando discutimos o orçamento e o plano na Câmara, evidentemente que a questão de onde é que vêm as receitas surgiu, como é lógico, e uma das coisas que eu disse foi que, então se tínhamos receitas a mais íamos cortar despesas e pedi que sugerissem quais as despesas em que deveríamos cortar. E a proposta que me apareceu do Partido Socialista, foi cortar o investimento, no Teatro José Lúcio da Silva. Foi a única proposta que me apareceu, não se devia fazer investimento no teatro . O Teatro José Lúcio da Silva tem quarenta anos, nunca teve nenhuma obra de remodelação de fundo, era um equipamento usado, como toda a gente sabe, com uma periodicidade diária, mais do que uma vez durante o dia, estava urgentemente a precisar de obras, a nível de cobertura, a nível de telhado, enfim, estava a precisar de obras profundas, temos um financiamento a 50%, através do programa operacional da cultura e portanto, podia-se cortar tudo mas nunca a obra no Teatro José Lúcio da Silva, que é para além do mais, também um ex-libris da cidade e que deveria ser recuperado.



Temos programas especiais em desenvolvimento na área da toxicod dependência, isto respondendo, à senhora Deputada Isabel Gonçalves, são vários em parceria, como é lógico, não temos condições nem devemos fazê-lo sozinhos, explicar também que, a questão do Jardim da Almuinha, tem a verba necessária para se iniciarem as obras este ano, por uma razão: os projectos de especialidade estão a ser feitos e demoram o seu tempo, vai ter que ser aberto um concurso público e volto a repetir que os concursos públicos demoram seis meses até serem concluídos, e portanto, a verba que lá ficou, é claramente suficiente para ele iniciar no próximo ano ano, porque na melhor das hipóteses, é no fim do ano, em 2006, que ele se irá iniciar porque tem estes constrangimentos com a elaboração dos projectos de especialidade.

Uma nota final, relativamente aos aumentos dos gastos com Pessoal, que o Deputado Domingos Carvalho referiu.

Há uma componente significativa que tem a ver com o aumento da comparticipação para a Caixa Geral de Aposentações, ao qual as Câmara são alheias, a comparticipação passou de 10% para 13% e isso tem um reflexo grande nas despesas com pessoal e tem uma componente que tem a ver com as progressões. Como sabem as progressões automáticas estão congeladas, por determinação do Governo face à crise, mas há outro tipo de progressões que se fazem, que são as progressões por concurso interno. Eu acho que efectivamente, se por um lado temos trabalhadores desmotivados porque não têm progressões automáticas, que ao menos, a progressão através do concurso interno, lhes deve ser permitida. É isso que acontece do ponto de vista de custos o que não me parece que seja significativo mas era importante dar este esclarecimento às pessoas. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Depois de termos ouvido todos os esclarecimentos, penso que estamos em condições, tanto quanto possível, de votar.

O senhor Presidente da Junta da Maceira deseja intervir ainda sobre este assunto, pedia-lhe que fosse breve, uma vez que já ultrapassou o tempo que lhe foi concedido.

Antes de dar a palavra, chamava a atenção para o seguinte: a lei da proporcionalidade, no tempo utilizado, daria por exemplo, para os Deputados independentes, cerca de três minutos, o que é ridículo, concordo com isso. Mas também, estes tempos foram excedidos muito largamente, algumas intervenções foram excessivas.



DEPUTADO ANTÓNIO FEBRA (Presidente da Junta de Freguesia da Maceira)

É só para esclarecer sobre o Mercado da Maceira.

Foi sugerido pelos técnicos da Câmara Municipal, que se poderia fazer um concurso limitado, dado que a estrutura do mercado seria feita em ferro, as bases em betão e o telhado é outro material, portanto poderia ser feito esse concurso limitado, dividido por especialidades. Esse concurso foi feito, estava terminado, os orçamentos estavam prontos, mas quando houve a mudança, porque o Presidente da Junta de Maceira é exigente para com o povo, a favor do povo, foi retirada a possibilidade de continuar o projecto. É só isso.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhora Presidente!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É muito rápido.

Venho reafirmar exactamente o que se passou, isto é, há um ano foi aprovado um protocolo de delegação de competências, trata-se de um investimento de cem mil contos, que obrigatoriamente exige concurso público. Não tem lógica nenhuma pensar que aquilo pode ser dividido, não tem o mínimo de sentido. Não vale a pena insistir senhor Deputado António Febra, foi exactamente assim, se o senhor teve invenções o problema é seu.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Estamos todos esclarecidos, convencidos é outra coisa, não estaremos todos convencidos, mas temos que pôr a proposta de orçamento e grandes opções do plano para 2006, à votação.

Quem vota contra? Quinze votos contra.

Quem se abstém? Oito abstenções.

Quem vota a favor? Vinte e sete votos a favor.

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, quinze votos contra e oito abstenções, aprovar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2006, da Câmara Municipal de Leiria.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

3. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2006 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA—Apreciação, discussão e votação;

Não há inscrições para este ponto, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Vinte abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, deliberou por maioria, com vinte abstenções, aprovar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2006, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria.

4. ACTUALIZAÇÃO DA TAXA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS PARA O ANO DE 2005 A COBRAR EM 2006 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;

Faça favor senhor Deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

Eu acho que é um exagero uma proposta de aumento de 25%, em relação à taxa, e , ainda por cima, com a perspectiva do próximo e do seguinte, ter o mesmo aumento. Julgo que todo este caminho é um caminho, que leva a um determinado rumo e a um determinado sítio, isto é, a preparação sistemática do que está aí na perspectiva e no horizonte, a privatização de um conjunto de serviços nesta áreas, e que se vai ajustando sistematicamente, aliás, hoje em Coimbra parece que o aumento da água é 12,5%, é a taxa que vamos ter e fora o que vier depois. Acho que os municípios



não podem pagar impostos e depois pagar dentro daquele princípio do utilizador/pagador, porque há alguns serviços que pagamos impostos, em que é pressuposto também haver alguma contrapartida de alguns serviços. Ou a autarquia se organiza e a sociedade se organiza, e as suas instituições, para responder a este tipo de problemas, ou não pode ser este sentido que cada vez é mais, de fazer do saneamento um negócio, da água um negócio, do tratamento um negócio, que se paga depois a um preço que está de facto, para além daquilo que se calhar uma autarquia teria condições de poder produzir, a um custo muito mais baixo, e prestando esse serviço às populações.

Acho que este caminho de aumentos, ainda por cima numa altura em que na função pública se aponta um aumento de 1,5%, depois de anos seguidos de perca de poder de compra, 8%, e quando esse tecto dá para depois também pôr tectos na actividade privada. E depois, quem tem que pagar estas coisas, também não tem a compensação, com perdas reais de salários, e entretanto, como a gente vai vendo, aprovando, eu não provei abster-me e também não quero pôr em causa o plano de actividades do SMAS, mas 4,8% para a água. Para os salários é sempre 1,5%, é sempre para baixo, depois aos serviços é sempre a aumentar. Não sei aonde é que vamos parar!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra o senhor Deputado Domingos Carvalho.

DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Eu só gostava de saber para que ano é que é este aumento?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É relativo a 2005 a cobrar em 2006!

DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Eu passo a ler: " O Conselho de Administração no sentido de dar continuidade à deliberação já tomada, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo director-delegado e propor à Câmara Municipal de Leiria, que a taxa de tratamento de esgotos, a liquidar conjuntamente com o recibo de consumo de água, aos beneficiários directos do sistema de esgotos, seja fixada para o ano de 2005, nos seguintes valores..."



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Mas é cobrada em 2006, conforme está no título.

DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Se não se importa, preciso que me expliquem “para burro”.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem a palavra o senhor Deputado Cláudio Jesus.

DEPUTADO CLÁUDIO JESUS (PPD/PSD)

Boa noite a todos!

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimos Vereadores, restantes membros da Mesa, caros colegas Deputados.

Só venho aqui, porque me parece que era necessário clarificar algumas posições, nomeadamente as assumidas pelo senhor Deputado José Augusto Esteves.

Sobre esta matéria do aumento da tarifa de saneamento, é do conhecimento de todos, que os investimentos que são necessários serem feitos no nosso concelho nos próximos anos, em matéria de saneamento, redes domésticas, seja em baixa seja em alta, são extremamente avultados, passam seguramente os cem milhões de euros. Para isto, contribuem algumas fontes de financiamento, nomeadamente fundos comunitários, mas, aproveitando uma expressão que o senhor Deputado José Augusto Esteves utilizou, invocando o princípio do utilizador/pagador e muito bem, se nos é prestado um serviço, que vai sendo, pelo menos assim desejamos todos, cada vez de melhor qualidade, cada vez temos mais segurança na água que nos é fornecida na nossa torneira, cada vez temos mais garantias da qualidade dos esgotos que nos são tratados, temos que pagar por isso. E posso assegurar-lhe que, o que pagamos, não chega a metade daquilo que é o custo real do serviço que nos é prestado. Daí, a necessidade dos Serviços Municipalizados terem que ir buscar receitas, a quem prestam um serviço. E só o fazem, a quem tem rede de saneamento à porta, não vão buscar a todos os municípios do concelho de Leiria, porque como sabe, a taxa de cobertura em sistemas de saneamento básico, ainda não excede os 60%.

Também importa salientar que, o próximo quadro comunitário de apoio 2007/2013, vai penalizar fortemente os Municípios que ainda não cobram tarifas de saneamento aos seus municípios. E o modelo de cálculo que está previsto, ao assegurar uma determinada taxa de compensação, tem em linha de conta, por um lado a cobertura



de redes de saneamento que já existem no concelho, e por outro lado, a tarifa que já é cobrada ao munícipe, tarifa essa que tendencialmente, se aproximará de um euro por metro cúbico, no mínimo. Portanto, é importante que todos percebamos isto, não é seguramente por vontade, que se dá este salto tão significativo, 25%, que percentualmente é muito, mas quantitativamente ainda não chega para suprir as necessidades no nosso concelho. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Não há mais inscritos, vou dar a palavra à senhora Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Só uma primeira explicação ao Deputado Domingos Carvalho, relativamente ao período a que diz respeito.

A taxa que foi fixada anteriormente, há mais de um ano, tinha um prazo de vigor de um ano. E portanto, esta actualização deveria ter sido feita em meados de 2005.

Não foi feita em meados de 2005, foi feito um estudo, a proposta, etc., e quando veio a proposta para a Câmara, coincidia com a campanha eleitoral, em que não houve reuniões, e portanto, isto teve um atraso. Ou seja, a taxa que actualmente está em vigor, vigorou mais do que um ano. Estou-me a fazer entender? Esta proposta é para entrar em execução em 2006.

Só para dar também outra nota, que talvez seja importante. Quando se fala de 25% pode parecer um número exagerado, mas estamos a referir-nos, no que está contemplado na alínea a), para os consumidores de águas domésticas, são falando em escudos, onze escudos de aumento, e na alínea b), aproximadamente vinte e um escudos de aumento por metro cúbico. Parece um aumento muito grande, mas do ponto de vista quantitativo, é perfeitamente insignificante, diluído naquilo que é o pagamento normal. Não tem um peso como as pessoas imaginam, porque efectivamente o que aconteceu é que, durante muitos anos, não houve actualização, e os valores de que se partiu, eram perfeitamente irrisórios e portanto, a incidência era insignificante em termos de valor.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Não há mais inscrições, vamos à votação.

Quem vota contra? Quatro votos contra.



Quem se abstém? Dezassete abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea f), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 11 de Janeiro, deliberou por maioria com dezassete abstenções e quatro votos contra, aprovar a actualização da taxa de tratamento de esgotos referente ao ano de 2005 e a cobrar em 2006, fixando-a nos seguintes valores:

a) €0,2680, por metro cúbico de água facturada para os consumidores de águas domésticas, incluindo-se nestes os estabelecimentos privados de beneficência;

b) €0,5358, por cada metro cúbico de água facturado para todos os restantes consumidores de água Comerciais, Industriais, Empresas Públicas, Município, Juntas de Freguesia, estado e outras pessoas colectivas de direito público;

O Deputado José Manuel Cunha, Presidente da Junta de Freguesia da Barreira, apresentou a seguinte **declaração de voto**:

"Eu votei contra porque a freguesia que aqui represento, está agora a ser abastecida de saneamento, e votei contra precisamente pelo aumento da taxa, porque os cidadãos que se queiram agora ligar, têm que comprar bombas submersíveis, para efectuar a ligação aos esgotos. Além do custo da bomba e do custo da energia, ainda vão ter que suportar o custo, da própria taxa de ligação."

Se me fosse permitido, gostaria de fazer uma proposta à Mesa, em relação ao ponto do Orçamento, porque na altura passou-me, peço desculpa por isso, já que todos somos políticos, mas eu passo por político inexperiente.

A proposta que gostaria de apresentar, é em nome do rigor que o Deputado Carlos Luso defende, e em nome do sentido prático que o Deputado Leonel Costa também defende. A proposta é no sentido de que as contas, a apresentar ao Tribunal de Contas, referentes a este exercício que vai acabar, que simultaneamente com a apresentação de contas, fossem apresentadas aqui nesta Assembleia, para que possamos exercer o nosso cargo de Deputado Municipal do órgão fiscalizador, e para assim, darmos também a esta Câmara e às Juntas de Freguesia, a transparência que as contas devem ter.



Além disso, fazia também uma segunda proposta, que todas as Juntas de Freguesia, implementem o POCAL na sua contabilidade. Muito obrigado e um bom ano a todos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A senhora Presidente quer esclarecer, faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Acho que era importante dar aqui dois esclarecimentos.

Em primeiro lugar, para informar o senhor Deputado que as contas da Câmara obrigatoriamente são apresentadas na Assembleia Municipal.

O outro esclarecimento, tem a ver com a declaração de voto do senhor Presidente da Junta da Barreira.

Existe já uma prática, de se fazer uma redução de 50% na tarifa de ligação de saneamento, logo que uma rede fica completa, ou seja, nos dois meses subsequentes à conclusão dessa rede, há um desconto de 50% na tarifa de ligação.

Mas foi decidido hoje em reunião de Câmara, que durante estes próximos quatro meses, Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, vai-se fazer uma campanha de redução de 50%, por todas as freguesias que já têm possibilidade de ligação de saneamento, para incentivar a ligação. Era esta a nota que eu queria dar.

Uma nota final para dizer, que esta proposta de aumento de 25%, que aqui foi apresentada e que corresponde àqueles valores que referi, foi aprovado em Conselho de Administração, após a apresentação de um estudo, que foi feito pelos técnicos dos Serviços Municipalizados, quando o nosso colega Deputado José Manuel Silva, era membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados. Foi em conjunto que, eu, o Vereador Fernando Carvalho e o Vereador José Manuel Silva, entendemos que era importante fazer-se esta actualização de 25%/ano, até se atingir o equilíbrio que só era conseguido em 2007. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Vamos passar ao ponto seguinte.

5. ALTERAÇÃO AO OBJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA (alínea s), do n.º2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09) – Apreciação, discussão e votação;

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições vamos passar à votação.



Quem vota contra?

Quem se abstém? Duas abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea s) do n.º2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, delibera por maioria, com duas abstenções, aprovar a alteração ao objecto do Protocolo de Delegação de Competências da Junta de Freguesia de Azoia.

6. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA (alínea s), do n.º do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09) –Apreciação, discussão e votação;

Julgo que a senhora Presidente da Câmara quer prestar esclarecimentos sobre este ponto. Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É muito rápido.

Julgo que todos estão posicionados no que se trata, são delegações de competências específicas, que normalmente vêm uma vez por ano à Assembleia, relativamente aos arruamentos, com a distribuição que aqui é apresentada, por Freguesia. Acredito conforme já aqui ouvi, que não será o suficiente mas é o possível.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém se deseja inscrever?

Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea s) do n.º2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, delibera por unanimidade, aprovar os Protocolos de Delegação de Competências nas respectivas Junta de Freguesia do concelho de Leiria.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

7. RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA - FUNDO MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E FUNDO MUNICIPAL DE APOIO TÉCNICO – Apreciação, discussão e votação;

Senhora Presidente, faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Trata-se da delegação de competências que dá origem à atribuição e à transferência mensal de verbas para os respectivos orçamentos, e que é obrigatório ser renovado quando há mudança de mandato. Portanto, o protocolo prevê mesmo isso, ou seja, pode vir um executivo novo que não entenda que estes critérios sejam os correctos e que queria fazer as respectivas alterações. Não é o caso, mantemos os critérios e portanto é a renovação desse mesmo protocolo.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém se deseja inscrever para este ponto?

Vamos então pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade aprovar a renovação do protocolo de delegação de competências em Juntas de Freguesia – Fundo Municipal de Delegação de Competências e Fundo Municipal de Apoio Técnico.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

8. RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESCOLAS DO 1º CICLO DE ENSINO BÁSICO E PRÉ-ESCOLAR - Apreciação, discussão e votação;

Senhora Presidente deseja dar algum esclarecimento?

Faça favor!



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Em relação a este ponto, a lógica é a mesma do anterior, é um protocolo genérico que vai dar efeito às transferências mensais com este objectivo, que também tem que ser renovado. No entanto, queria dar a seguinte nota:

Este protocolo, muito provavelmente durante o ano de 2006, irá sofrer alguns acertos, porque houve alterações nas realidades escolares de cada uma das freguesias e como aqui entram, para o cálculo dos valores, realidades como o número de escolas, o número de salas, etc. e algumas freguesias sofreram alterações, está previsto que, durante o ano de 2006, este protocolo seja revisto, seja assinado e seja corrigido. De qualquer das maneiras, para continuarmos a transferir-vos aquilo que está previsto, é necessário ser aprovado nos termos em que está.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém se quer pronunciar sobre este documento? Não!

Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade aprovar a renovação do protocolo de delegação de competências em Juntas de Freguesia – Manutenção e Conservação de Escolas do 1º Ciclo de Ensino Básico e Pré-Escolar.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

9. NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA – Apreciação e votação;

Há duas propostas para esta nomeação e chamo à atenção que o representante tem que ser obrigatoriamente um Presidente de Junta de Freguesia.

A proposta apresentada pela bancada do Partido Social Democrata, propõe o senhor Deputado Hilário Pereira Estrada, Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca.



A bancada do Partido Socialista, propõe o senhor Deputado Municipal Paulo Pedrosa Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão.

Portanto vamos chamar à proposta do PSD, proposta A e à proposta do PS, a proposta B.

Depois de distribuídos os boletins para votação, vamos fazer a chamada nominal para votação.

(chamada nominal para votação, por ordem alfabética)

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Terminada a votação, vamos proceder ao escrutínio.

O resultado da votação é o seguinte:

A lista A, obteve trinta e dois votos, a lista B vinte e dois votos, um voto nulo e um voto em branco.

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera, por maioria de número de votos obtidos pela lista A, nomear como representante no Conselho Municipal de Defesa da Floresta, o senhor Deputado Hilário Pereira Estrada, Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca.



Senhoras e Senhores Deputados, terminámos os nossos trabalhos, desejando a todos um Feliz Ano Novo. Agradeço a vossa presença e encontrar-nos-emos no dia 13 de Janeiro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.30 horas, mandando que de tudo para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, transcrevi e subscrevo.-----





APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 17 de Fevereiro de 2006, deliberou por maioria, com três abstenções aprovar a acta -----

Leiria, aos dezassete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e seis.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(Manuel de Jesus Antunes)

A Assistente Administrativa Especialista

(Teresa Paula Pinto)